
ENSINO FUNDAMENTAL – 7º ANO – HISTÓRIA VOLUME ÚNICO

Apostila do 7º ano do Ensino Fundamental, escrita pelo Instituto São Carlos Borromeu. O conteúdo é indicado para estudo individual domiciliar, apoio escolar ou como material didático escolar.





HISTÓRIA



AULA 01

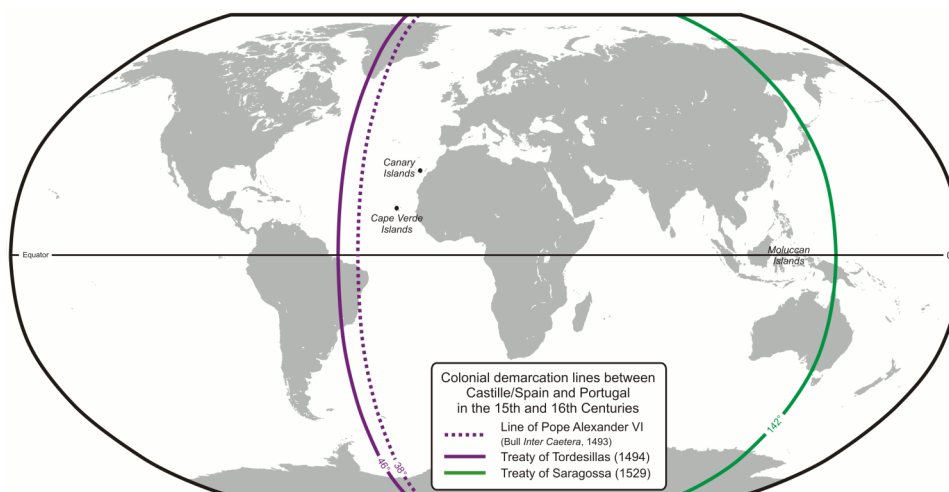
A DIVISÃO DO OCEANO ATLÂNTICO



o século XV, o privilégio de navegação no Oceano Atlântico foi concedido pela Igreja Católica aos portugueses, porque em suas navegações eles visavam expandir a verdadeira fé. Mas isso aumentou a rivalidade entre portugueses e espanhóis que também queriam explorar o oceano.

A disputa pelo mar foi um dos motivos para uma guerra, cujo fim se deu pela criação do Tratado de Alcáçovas -Toledo, em 1479. Mas assim que Colombo descobriu terras na América Central, os dois países ibéricos voltam a brigar pelo novo continente.

Desta vez, foi o próprio Papa, Alexandre VI, que interviu para propor um acordo. O Sumo Pontífice assinou a bula *Inter cetera* (1493), que dividia o Oceano Atlântico, por um meridiano imaginário, 100 léguas à esquerda de Cabo Verde. Onde tudo à esquerda do meridiano seria da Espanha, e tudo à direita seria de Portugal, exceto as Ilhas Canárias.



Linhas de demarcação colonial entre Castilha-Espanha e Portugal no séculos 15 e 16

Contudo, os portugueses não aceitaram o acordo, e o motivo pode ser porque já supunham a existência de terras mais para o leste, e por isso um novo tratado foi feito em 1494, o Tratado de Tordesilhas, que move o meridiano imaginário a 370 léguas à esquerda de Cabo Verde.

E assim, estavam abertas as possibilidades de exploração do novo continente pelos espanhóis e portugueses.

O ACHAMENTO DO BRASIL

Foi numa quarta-feira, no dia 22 de abril do ano de 1500, que os portugueses, junto de seu capitão Pedro Álvares Cabral (1467-1520), avistaram terra firme após 44 dias de viagem saindo de Lisboa, em Portugal. E assim fora encontrado o nosso Brasil.

O objetivo verdadeiro da tropa portuguesa com suas 13 embarcações e 1.500 homens, era a chegada às Índias Orientais onde fariam comércio, mas já desconfiados da existência de terras no meio do caminho. Só não sabiam o tamanho dessas terras e, por isso, nomearam o que acharam como Ilha de Vera Cruz, ou seja, Ilha da Verdadeira Cruz, e veremos em breve o motivo desse nome.

O principal homem a relatar o histórico da viagem foi Pero Vaz de Caminha (1450-1500), o escrivão da expedição, que nos deixou, de forma detalhada, como ocorreu o encontro entre os portugueses e os nativos da costa brasileira. Sua carta pode ser considerada a certidão de nascimento do Brasil, pois foi o primeiro documento escrito no Brasil sobre o Brasil.

E o que os portugueses encontraram aqui é de valor muito maior que o comércio que eles esperavam realizar em outro continente. Seria ouro? Não. Os tripulantes até tentaram descobrir se havia metais preciosos na terra nova, mas nada acharam. O que chamou a atenção de verdade foi aquele povo simples e bondoso que ali habitava: os índios.



Monumento a Pedro Álvares Cabral.

Os índios pareciam ter a inocência do Paraíso, pois, como Adão e Eva antes do pecado, andavam nus e não tinham vergonha alguma disso. Além do mais, receberam os portugueses de maneira pacífica. Até tiveram certo receio nos primeiros dias, mas logo andavam juntos como se fossem amigos de longa data, se misturavam, dançavam e comiam numa mesma mesa, mesmo sem um entender a língua do outro. E Pero Vaz e os sacerdotes que acompanhavam a viagem, viram nos índios almas puras e bondosas que, caso conhecessem a verdadeira fé, certamente seriam fiéis dignos.

A possibilidade de salvar almas era uma notícia melhor que a existência de qualquer ouro, e era também uma dádiva, já que a Europa, o velho continente, andava perdendo sua fé.

No domingo da oitava de Páscoa, 26 de abril, foi celebrada a primeira Missa no Brasil pelo frei Henrique de Coimbra. E não foi exclusiva aos portugueses, os índios, curiosos, observavam e acompanhavam todo o rito, e um mais velho entre eles compreendeu que o que se celebrava ali se referia às coisas do alto.



A primeira Missa no Brasil.

Ou seja, os portugueses encontraram uma terra fértil, onde tudo nascia, mas cujo melhor fruto era o seu povo bom. Só restava, agora, conhecer sua língua e costumes e, por isso, deixaram no Brasil quatro tripulantes: dois degredados que seriam mortos em Portugal pelos seus crimes, mas que trocaram sua pena por assumir riscos na viagem; e dois marujos que se uniram aos degredados por vontade própria.

Para o Capitão-Mor, Pedro Álvares Cabral, o descobrimento também fora um grande sucesso, afinal, em sua família se preservava a tradição dos antigos templários, cujo objetivo era o da expansão da fé. E o novo continente encontrado se mostra promissor nesse sentido. E agora seu nome faz sentido: Ilha de Vera Cruz, pois ali assumira a fé verdadeira. E não demora para perceberem que aquela terra era muito maior que uma ilha, e por isso o nome foi logo atualizado para Terra de Vera Cruz.

Dois anos depois, os degredados que ficaram no Brasil foram coletados por uma nova expedição a mando do Rei de Portugal, D. Manuel I (1469-1521), que queria saber quais novas do povo nativo esses homens teriam. A novidade sobre esses homens bons e

inocentes logo despertará o interesse de missionários católicos, como os jesuítas, que virão ao Brasil para expandir a verdadeira fé, a católica.

Entretanto o primeiro contato entre europeus e nativos americanos não será sempre pacífico. Se os portugueses aqui presenciaram o que parecia ser um pedaço do Paraíso, o mesmo não ocorreu com os espanhóis. Seu contato com o povo asteca foi violento, pois muitas tribos mesoamericanas praticavam um rito proibido na Europa desde o Império Romano: o sacrifício humano.

A CONQUISTA DO MÉXICO

A exploração espanhola ao continente americano começou um pouco mais cedo, foi no dia 3 de agosto de 1492 que Cristóvão Colombo (1451-1506), um explorador genovês, iniciou sua viagem em busca de grandes riquezas nas Índias Orientais, patrocinado pela Coroa espanhola. Mas Cristóvão foi parar, na verdade, numa ilha da América Central, na região das Antilhas, onde avistou nativos.

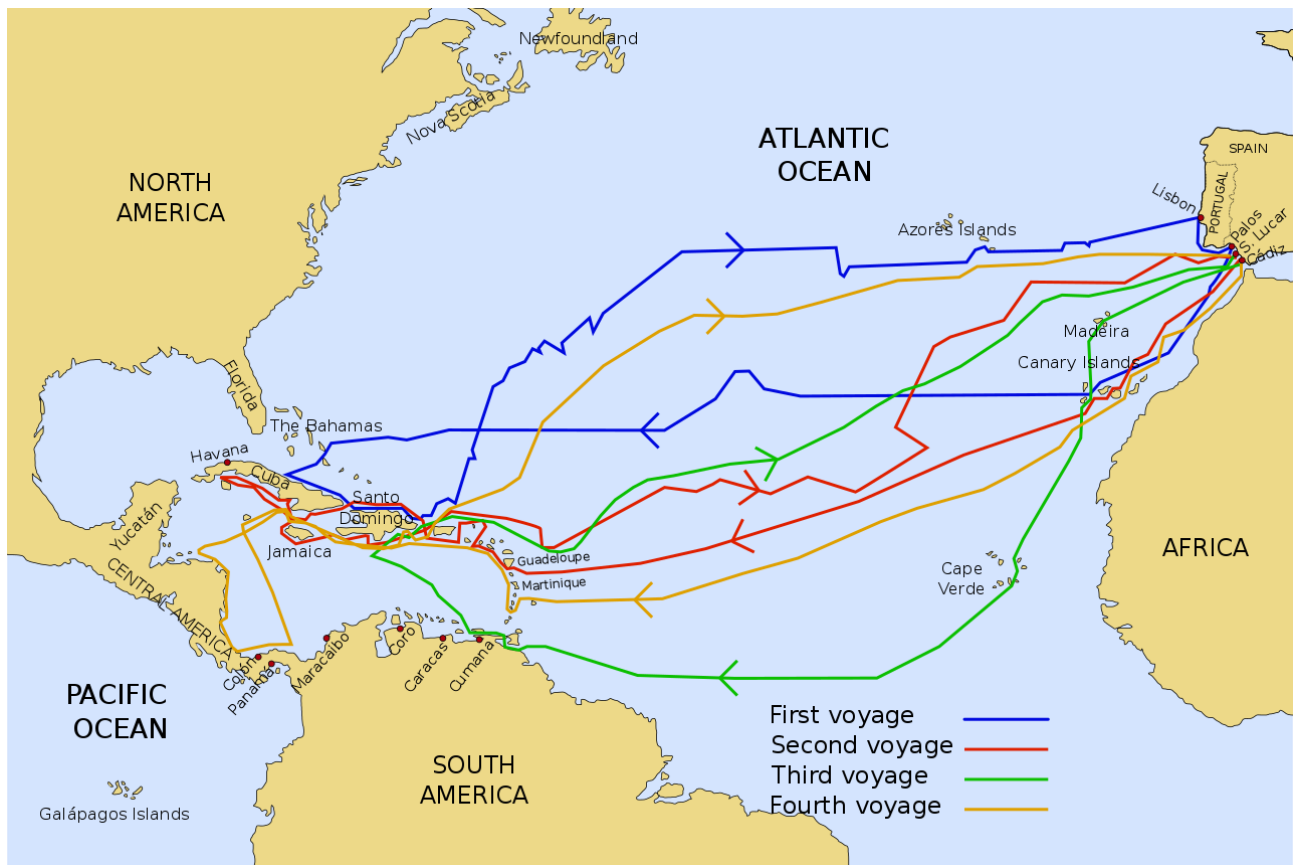
Como Colombo não sabia a língua local, mostrou uma pepita de ouro, como se perguntasse aos nativos se eles reconheciam aquilo. A resposta foi ‘Cubanacan’, que significa ‘no centro de Cuba’, e apontaram para o interior da mata. Mas o espanhol se confundiu e achou ter ouvido ‘El Gran Can’ e que os nativos se referiam ao imperador mongol ‘Grande Khan’. Por esse motivo, Colombo acreditou que havia chegado ao Oriente. E foi por isso que chamou aquele povo de ‘índio’. Mas Colombo estava confuso, pois não encontrou no local nenhuma grande cidade ou civilização como lhe haviam descrito a respeito da China e do Japão.



Cristóvão Colombo

Na ilha de Cuba, chamada por Colombo de Ilha Hispaniola, encontrou ouro suficiente para não ser ridicularizado em sua viagem de volta. E assim, Colombo deixou alguns tripulantes na ilha e voltou à Espanha.

Colombo foi mais algumas vezes às Antilhas, ainda acreditando se tratar do Oriente, mas quando a Rainha Isabel I (1451-1504) morreu, o explorador genovês perdeu seu patrocínio e morreu sem grandes honras em 1506.



As rodas das 4 viagens de Cristóvão Colombo

Quanto aos nativos encontrados na América Central, a Rainha Isabel inicialmente proibiu o trabalho escravo destes, contudo, como os índios não trabalhavam sem que fossem forçados, o governo permitiu o trabalho compulsório com certas limitações; um grupo de oficiais de confiança viajava esporadicamente para as Antilhas para fiscalizar a situação dos nativos e dos espanhóis, proibindo os maus tratos.

Mas nem todo explorador espanhol era bom. Um relato conta de quando Diego Velázquez de Cuéllar (1465-1524), um conquistador espanhol em Cuba, condenou um nativo rebelde a ser queimado vivo por ter organizado uma revolta contra o trabalho escravo. A brutalidade com que o trataram foi tamanha, que ele se negou a aceitar a cultura e a religião espanhola.

Toda essa situação mostra como era complexa a relação entre nativos e espanhóis. O trabalho como rotina formou a civilização Ocidental e é necessário para a sua manutenção; mas para o índio, o trabalho é somente para a sobrevivência e feito quando necessário. Se os espanhóis quisessem produzir algo no solo americano, dependiam do trabalho dos nativos, mas estes se negavam a trabalhar no ritmo exigido. Um outro problema era que somente por meio do trabalho espanhóis e nativos interagiam.

Para o espanhol levar para os nativos os avanços tecnológicos de sua civilização, o trabalho pesado era necessário, afinal, é também pelo trabalho que uma civilização pode crescer e se defender de oponentes. E somente através da formação de uma relação entre espanhóis e nativos seria possível compreender a língua nativa para levar a conversão e a catequese a estes. Muitos dos costumes indígenas envolviam sacrifícios humanos e até mesmo rituais antropofágicos, que agridem gravemente a moral cristã e deveriam ser

sanados dos povos que se misturariam com os católicos. E essas foram as questões pelas quais se justificou a prática da escravidão. Contudo, não podemos nos esquecer dos abusos dessa prática e sua continuidade para além da formação inicial, que foram a causa, em todo o continente americano, da severa cicatriz em sua história, de uma escravidão cruel e de longa data.

E a situação ficará ainda mais agravada em 1519, quando o explorador espanhol Hernan Cortez (1485-1547) chegou ao atual México e se deparou com a civilização asteca. Durante toda a sua empreitada, Cortez foi ajudado por Marina, uma jovem que conhecia bem as línguas locais por ter sido escrava de várias tribos durante sua infância. Marina servia como intérprete entre os astecas e espanhóis e depois também se tornou amante de Hernan.

No México, Cortez conheceu Montezuma, o Imperador asteca, que recebeu os homens brancos em festa e os presenteou com muito ouro, pois acreditava, segundo a sua religião, que estava para chegar algum ser divino de longe. E Montezuma se mostra um líder formidável, não teme aos espanhóis e se surpreende ao saber que existe outro Imperador poderoso no mundo, no caso, o Imperador Carlos I (1500-1558) da Espanha, e até se interessa em conhecê-lo.

Mas o que Cortez vê é um povo cruel, que maltrata os povos subjugados e que vive de sacrifícios humanos. Os espanhóis encontram, então, dois motivos para dominar esse povo: um motivo comercial, para coletar seu ouro; e um motivo religioso, em dominar esse povo e acabar com suas idolatrias e sacrifícios cruéis através da conversão à verdadeira fé.

Tal tarefa não seria fácil e Cortez precisava de um plano. E assim se uniu à tribo Tlaxcala, que tinha 30 vilas dominadas pelos astecas e que gostaria de se ver livre da tirania de Montezuma.

Mas primeiro, Cortez precisava converter seus novos aliados e faz isso destruindo um templo de sacrifícios humanos. Os nativos, ao verem que seus falsos deuses nada fizeram contra, temeram pelo poder do homem branco. Em seguida, os espanhóis ergueram no lugar do templo, uma Cruz e uma imagem de Maria e uma Missa foi rezada. Agora, os espanhóis e o povo de Tlaxcala compartilham de um mesmo inimigo e de uma mesma religião.





Conquista de México por Cortés.

O ataque feito contra os astecas seria diretamente em sua capital, Tenochtitlán, onde habitava o Imperador. E rapidamente os espanhóis capturaram Montezuma, para que a moral dos astecas ficasse abalada. Mais tarde, reforços chegaram de Cuba para ajudar na batalha e ao todo lutaram 900 espanhóis e 150.000 nativos aliados. Os espanhóis contavam com equipamentos nunca antes vistos pelos nativos, como cavalos para a montaria, armaduras de ferro, armas de fogo e canhões. Cada homem europeu era equivalente em poder bélico à uma pequena tropa de índios.

A batalha terminou em 1521, com Montezuma e seu sucessor mortos em combate e a capital destruída e conquistada pelos espanhóis. Naquele mesmo local, será futuramente construída a Cidade do México.

A CONQUISTA DO PERU

A história da conquista da América do Sul pelos espanhóis começa com o explorador Francisco Pizarro (1476-1541).

Era sabido que metais preciosos foram encontrados na região sul do continente americano, mas ainda ninguém o havia explorado completamente.

Até que Pizarro, um corajoso aventureiro, ousou descer para além do Panamá pela costa do Pacífico na



América do Sul. E quando notou que ali havia montanhas e também um solo fértil com lhamas, reportou ao Rei Carlos I pedindo por investimentos para a exploração.

O pedido foi concedido, e em 1532, Pizarro, junto de 180 homens e 37 cavalos, chegaram na costa peruana. Mas os nativos da região não eram pacíficos e um conflito ocorreu entre os dois povos. Os espanhóis venceram e ficaram na região por três meses, até descobrirem onde habitavam os incas. E a civilização inca era tão grande e ordenada, que os espanhóis tiveram de pedir por reforços.

A situação dos incas era a seguinte: o líder supremo do povo, chamado de Sapa-Inca era Huáscar, mas ele foi recentemente derrotado e aprisionado pelo seu irmão Atahualpa que queria o poder para si. O conflito entre irmãos causou uma guerra civil que enfraqueceu toda a civilização inca. E o que aconteceu com Huáscar não se sabe ao certo se seu irmão mandou matá-lo, seu corpo nunca foi encontrado; ou se fugiu, ninguém sabe para onde.

Atahualpa, que usurpou o trono, se encontrava na cidade montanhosa de Cajamarca com 5.000 soldados, e Pizarro contava com um plano ousado. Os espanhóis subiram a montanha pelas ruas que os próprios incas construíram e foram bem recebidos pelo povo dessa civilização. Com a ajuda de um intérprete, o explorador espanhol chamou o Sapa-Inca para uma conversa na praça central da cidade, e ele aceitou. No momento em que o líder inca chegou na região desprotegida, foi abordado por um grupo de espanhóis e capturado.



A captura de Atahualpa em Cajamarca, durante a conquista espanhola do império inca em 1532.

Ali mesmo, os espanhóis disseram a Atahualpa que o soltariam somente se ele jurasse lealdade ao Imperador espanhol e se convertesse ao cristianismo. Um frade então

começou a ler os Evangelhos, mas o inca não se rendeu e negou tudo o que lhe foi pedido. Nesse momento, os espanhóis abriram fogo contra os seguidores do Sapa-Inca e o levaram amarrado para longe dali.

Amedrontado, Atahualpa prometeu uma enorme quantia de ouro em troca de sua liberdade, e como Pizarro gostava do metal precioso mais que qualquer outra coisa, aceitou o pedido. E assim, os nativos começaram a coletar todo o ouro que encontrassem para salvar seu líder.

Um bom tempo se passou, estamos agora em 1533, e por mais que tivessem reunido uma imensa quantidade de ouro para os espanhóis, ainda não era a quantia prometida. Pizarro perdeu a paciência, acusou Atahualpa de ter mentido para ele, de idolatria e de ter mandado matar o próprio irmão. Sob essas acusações, o Sapa-Inca foi condenado à morte.

O ouro foi então dividido entre Pizarro e seu grupo, e um quinto foi enviado para a Coroa espanhola. Quanto aos incas, Túpac Hualpa, irmão mais novo de Atahualpa e Huáscar, que havia ajudado Huáscar na batalha contra o irmão usurpador, foi declarado, por Pizarro, como líder e levado a Cusco, capital do Peru.

Túpac serviu como mediador entre os espanhóis e os Incas, pois jurou lealdade ao Imperador espanhol; e Pizarro desfrutou de suas riquezas no próprio Peru, numa cidade que ele mesmo fundou chamada de ‘Ciudad de los Reyes’ (Cidade dos Reis) que servia de rota comercial entre o Panamá e a América do Sul.

ATIVIDADES

1. Qual foi a importância do Tratado de Tordesilhas para as explorações marítimas de Portugal e Espanha?

2. Afonso Ribeiro foi um dos degredados que ficou em terras brasileiras até ser recolhido por Américo Vespúcio em 1502. Por que os portugueses deixaram aqui alguns de seus tripulantes?

3. Relacione os exploradores na coluna da esquerda com seus feitos na coluna da direita:

- | | |
|-------------------------|---|
| | () Chegou em Cuba acreditando estar em terras orientais. |
| (1) Hernan Cortez | () Capturou o líder inimigo durante uma batalha. |
| (2) Francisco Pizarro | () Foi recebido em festa pelos nativos que o |
| (3) Cristóvão Colombo | viam como alguém enviado pelos deuses. |
| | () Aproveitou-se de um conflito existente para ter vantagens sobre o oponente. |

4. Por qual motivo os incas estavam enfraquecidos quando Pizarro chegou em seu território?

5. Qual foi a justificativa para permitir a escravidão dos nativos americanos?



AULA 08



omo de fato a Igreja Católica via o avanço da ciência? Muitas histórias chegam até nós alegando que a Idade Média foi um período de trevas, obscuro, onde a Igreja impedia qualquer prática que fugisse de uma interpretação rígida das Escrituras, e que a sua punição era uma das piores coisas que já existiu.

E para responder a essas alegações, esta aula fará duas coisas: mostrará a relação da ciência com a fé e desfará os mitos que insistem em continuar existindo na imaginação de muitos. Vamos a eles:

MITO NÚMERO 1: QUE A IGREJA CAUSOU O FIM DA CIÊNCIA ANTIGA

Buscando justificar o título de “Idade das Trevas” para a ascensão do cristianismo na História, corre um mito de que a filósofa e matemática pagã Hipátia teria sido morta por fanáticos cristãos no início do século V. O motivo: ser uma divulgadora da ciência pagã. Por sua vez, qual era o mal disso? Pois o Apóstolo Paulo, depois de alertar sobre as filosofias vãs, disse “[...] deve tornar-se louco para que se torne sábio” (1Coríntios 3, 18).

O mito, contudo, já foi desmentido. Hipátia de fato morreu de maneira cruel, mas por motivos políticos. Dois bispos poderosos disputavam por influências e ela, por ser amiga de um deles, foi colocada no meio da discussão para incriminar o oponente. Acusada de bruxaria, foi atacada por um grupo e morta, mas nunca por motivo de sua ciência.

A própria filosofia grega era muito praticada e citada pelos cristãos primitivos, como Santo Agostinho (354-430 a.C.) e pelos neoplatônicos. O que se via necessário a ser resolvido da tradição pagã era seu vínculo entre a natureza e seus deuses. Para os pagãos, muitos elementos naturais eram manifestações divinas, enquanto para o cristão isso não somente não



Agostinho de Hipona

condizia com sua fé, como impedia que se fizesse ciência com a natureza. Ao alegar que a natureza é algo divino, impede-se que ela possa ser compreendida, pois os homens não podiam entender aquilo que é dos deuses. Com o advento do cristianismo, a natureza foi “exorcizada” e sua compreensão de maneira racional se tornou possível.

Tertuliano, Taciano e Basílio de Cesareia, aqueles que geralmente a história moderna acusa como negadores da tradição antiga, de fato criticaram e levantaram dúvidas sobre as alegações dos antigos filósofos, mas nunca impediram sua divulgação. Ao apontarem seus defeitos, queriam avançar sua ciência para o que se revelou com o Cristo.

Santo Agostinho endossa que partes do conhecimento pagão, como a história, a dialética, a matemática e as artes mecânicas contribuem com as necessidades da vida. E que outras ciências, como a botânica e a zoologia são necessárias para compreendermos os símbolos bíblicos e, conseqüentemente, o sentido literal da Bíblia. Como entender o que as Escrituras querem dizer ao citarem serpentes e pombas sem o conhecimento desses animais?

Em seu livro Comentário literal ao Gênesis, Santo Agostinho expressou desgosto pela ignorância de alguns cristãos:

“Até mesmo um não cristão sabe algo sobre a Terra, os céus, e os elementos deste mundo. [...] É uma desgraça e um perigo que um infiel [ou não cristão] ouça um cristão falando absurdos sobre esses tópicos; e devemos fazer todo o possível para prevenir tal embaraço, onde as pessoas veem vasta ignorância em um cristão e riem com desdém.”

Ao longo da Idade Média e até o período moderno, alguns dos mais celebrados avanços da tradição científica ocidental foram feitos por estudiosos religiosos que colocaram a filosofia natural como serva da teologia. E nenhuma instituição ou força cultural ofereceu mais encorajamento para a investigação da natureza que a Igreja Católica.

MITO NÚMERO 2: QUE A IGREJA MEDIEVAL IMPEDIU O AVANÇO DA CIÊNCIA

O famoso astrônomo contemporâneo Carl Sagan, apresentou em sua série de televisão Cosmos, baseada em seu livro de mesmo nome, uma linha do tempo citando o nome de diversos importantes astrônomos ao longo da História, mas deixou em branco mil anos onde é mostrada a Idade Média com a seguinte legenda “uma comovente oportunidade perdida para a humanidade”. E o poder do mito da “Idade das Trevas” é tanto, que Sagan nem precisa apontar o tal culpado pela situação.

O que dá forma ao mito, foi o aprisionamento de Roger Bacon (1214-1294), descrito como o mais criativo cientista da época. Contudo, a própria alegação de que Bacon foi preso, só apareceu oitenta anos depois de sua morte, o que já levanta certa suspeita sobre o fato. Além disso, a Igreja Católica deu mais suporte financeiro e social ao estudo da

astronomia que todas as outras instituições juntas, durante seis séculos entre a Idade Média e o Iluminismo.

Foi no período medieval que a Igreja deu origem à universidade, e em 1500, cerca de sessenta delas estavam espalhadas por toda a Europa. Com isso, entre 1200 e 1500, centenas de milhares de estudantes tiveram acesso à tradição greco-arábica, desfazendo o mito de que somente temas relacionados com as Escrituras eram lecionados.

Na metade do século XV, as universidades da Alemanha receberam tantos inscritos que o número de matrículas somente foi superado no final do século XIX. Mas não eram todos estudantes de teologia? Não. A maioria dos estudantes nunca chegaram ao requisito mínimo para estudar teologia e se satisfaziam com o diploma do Trivium e Quadrivium completos (disciplinas que abrangem as áreas de ciências naturais, ciências sociais, artes e humanidades). A teologia era o assunto menos ensinado nas universidades, tanto que somente uma minoria delas tinha esse estudo. A maioria dos estudantes se formavam em Direito pelas chances de ascensão financeira.

Mesmos aqueles que recebiam o status clerical pela universidade, o título não implicava em nenhuma obrigação religiosa. Os estudantes podiam se casar, por exemplo. O melhor privilégio do título de clérigo, era o de ser julgado num tribunal universitário ou eclesiástico ao invés de um secular.

Proibições de certos estudos em algumas universidades existiam, mas não afetavam a educação, pois eram casos localizados e não da vontade da Igreja. Quando Paris proibiu os estudos de Aristóteles no século XIII, o mesmo não aconteceu em outras faculdades na própria França, e os alunos foram convidados a mudarem de local para seguirem com os estudos aristotélicos.

MITO NÚMERO 3: QUE GIORDANO BRUNO FOI MÁRTIR DA CIÊNCIA MODERNA



*O Julgamento de Giordano Bruno pela Inquisição em Roma.
Relevo em bronze por Ettore Ferrari, Campo de' Fiori, Roma.*

Bruno foi sentenciado à morte em janeiro de 1600 e morto na fogueira no mês seguinte, acusado de ser um herege não arrependido. É verdade que seu crime foi alegar

que a Terra girava em torno do Sol? Não. O que ele fez foi anunciar publicamente que Maria não podia ser virgem nem que o Cristo podia ser Deus.

Mas, quanto que a questão de Bruno defender publicamente o sistema de Copérnico interveio na decisão para a sua condenação? Já vimos que o problema era alegar certeza e não a hipótese do sistema heliocêntrico, e, no caso, Bruno não somente o ensinava como verdadeiro, como usava disso de maneira religiosa, como algo que mudaria toda a crença cristã para uma nova Verdade “com V maiúsculo”. Desta forma, não há como apontá-lo como um mártir da Ciência, porque ele não era cientista, mas profeta religioso de uma nova crença.

Sendo Giordano um padre desobediente, estava dentro dos direitos da Igreja Católica processá-lo, e todos os seus crimes acusados eram de natureza religiosa, sem nenhuma relação com sua visão do cosmos.

Há também uma outra alegação polêmica por parte de Bruno que assombrava seus inquisidores e que influenciou em sua condenação: a de que havia vida inteligente em outros planetas. Não bastava o problema teológico heliocêntrico que ele já pregava, este de vidas fora do planeta implicava em mil outras questões da Bíblia. Novamente, a questão não era crer nisso, mas divulgar tais opiniões como sendo verdadeiras, ainda mais Bruno que misturava sua ciência com teologia.

MITO NÚMERO 4: QUE OS CATÓLICOS MEDIEVAIS ENSINAVAM QUE A TERRA ERA PLANA

A história que corre é que os medievais acreditavam que o planeta era plano até que Cristóvão Colombo provasse o contrário com sua viagem ao redor do globo. Mas isso é impossível, pois ele não poderia ter provado o que todos já sabiam.

Estudiosos da antiguidade já havia desenvolvido um modelo esférico para a Terra. São eles: Aristóteles (384-322 a.C.), Erastóstenes (século III a.C.) e Ptolomeu (século II a.C.). Comentaristas romanos, Plínio, o Velho (23-79 d.C.), Pompônio Mela (século I) e Macróbio (século IV) concordavam com a esfericidade da Terra.

Da mesma maneira, pensadores medievais também acreditavam na teoria da Terra esférica, como Santo Agostinho (354-430), São Jerônimo (século V) e Santo Ambrósio (século V). Digo “teoria” pois sua afirmação era por questões filosóficas baseadas em raciocínio matemático e astronômico.

Santo Tomás de Aquino, Roger Bacon e Santo Alberto Magno, todos do século XIII, também afirmaram e comentaram sobre o formato esférico da Terra. E essa teoria era difundida em livros famosos vendidos entre os séculos XIV e XVI por toda a Europa. Quanto a própria Igreja, ela nunca se importou com o tema, pois estava mais preocupada com questões da salvação das almas.

Mas então de onde veio esse mito? Cientistas do século XIX começaram a difamar a Igreja Católica para professarem sobre a ciência e seus pensamentos racionalistas. Usaram do mito da Terra plana para acusar os cristãos de ignorantes e inimigos da razão.

MITO NÚMERO 5: QUE A IGREJA PROIBIA A DISSECAÇÃO HUMANA

Esta alegação também ganhou forças no século XIX por grupos favoráveis ao cientificismo, e sua base seria uma bula papal do século XIII que proibía a prática da autópsia em mortos.

Quando a pesquisa histórica revelou que autópsias eram muito praticadas e até incentivadas pela Igreja, alguns historiadores inconformados, insistiram que a violação dos mortos ocorria somente com prisioneiros condenados e sem salvação.

Mas como explicar então o encorajamento das autoridades da Igreja à abertura e ao desmembramento dos corpos para fins religiosos? Era comum o embalsamento de corpos santos por evisceração; a divisão dos corpos santos para render relíquias corporais; a inspeção dos órgãos internos na busca por sinais de santidade; e a operação que mais tarde veio a ser chamada de cesariana, cujo objetivo era batizar fetos extraídos dos corpos de mulheres que morreram no parto.

Todas essas práticas apontam para uma falsidade da alegação que a Igreja proibía qualquer violação do corpo humano após a morte. O que realmente restringia a prática de dissecações humanas, foram leis seculares que dificultavam o acesso aos corpos de mortos por questões de honra pessoal e familiar e decoro ritual, e foram aplicadas por governos locais, não por autoridades religiosas.

Na verdade, antes do século XIII, a dissecação humana não era comumente praticada nem por católicos, nem por muçulmanos, nem por judeus e nem por pagãos. A única exceção ocorreu entre os séculos IV e III a.C. em Alexandria, quando dois estudiosos gregos publicaram uma série de estudos sobre o corpo humano baseados na dissecação. Gregos e romanos se recusavam a pesquisar os mortos por crerem que cadáveres fossem impuros; enquanto isso, os medievais desencorajam a prática para evitar rituais mágicos e veneração com os corpos de Santos.

A Igreja não proibiu a prática da dissecação, mas mesmo assim ela não foi feita por quase toda a Idade Média. Além do citado, há também uma relação com o fato que a queda do Império Romano no século V causou uma decadência da medicina devido a fragmentação do território e pelos ataques dos bárbaros.

A dissecação voltou a ser praticada no final do século XIII e pelos próximos séculos foi algo comumente praticado em faculdades de medicina. Quanto à bula papal mencionada no início, foi comprovada como sendo falsa, uma mera criação no século XVIII para, novamente, difamar a Igreja Católica.

MITO NÚMERO 6: QUE OS CATÓLICOS NÃO CONTRIBUÍRAM COM A REVOLUÇÃO CIENTÍFICA

Estes mitos anticatólicos são comuns nos Estados Unidos desde o século XIX, e foram herdados da Inglaterra que os praticam desde o século XVII. Um dos principais motivos é a forte influência protestante nesses países o que faz de seus ataques contra os católicos também algo de nível xenofóbico.

Quanto ao mito aqui citado, é possível, sim, encontrar, e com facilidade, instâncias de leigos cristãos se opondo ao trabalho científico em alguns casos. Contudo é um absurdo estender esses exemplos para toda a Igreja Católica e para os católicos de forma geral.

Ora, é importante ressaltar que o próprio Nicolau Copérnico era católico, e não do tipo que professava a fé para obter estudos, mas era cônego da catedral. E quanto a sua hipótese, defensores dela também eram católicos, alguns da própria Corte Papal. Seu livro não somente é dedicado ao Papa como cita vários oficiais da Igreja que apoiaram seu trabalho.

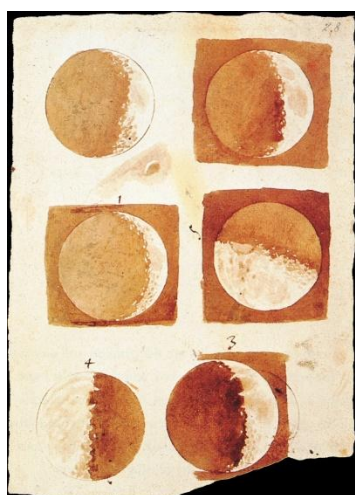


Ilustração desenhada por Galileu sobre as fases lunares

E Galileu está numa situação semelhante. Apesar de terem criado todo um mito sobre ele, ele era católico e continuou sendo até o final, sem motivos para se crer o contrário.

Vamos agora acrescentar à lista dos católicos que inovaram nas diversas disciplinas científicas: nos estudos médicos, há Andreas Vesalius (1514-1564), famoso anatomista de Bruxelas; o microscopista Marcello Malpighi (1628-1694) foi o primeiro a observar os capilares, provando a circulação do sangue. O ressurgimento e adaptação de ideias atômicas antigas se deu em grande parte pelo católico Pierre Gassendi (1592-1655).

Mas para além dos indivíduos, é preciso mencionar que as primeiras sociedades científicas foram organizadas na Itália e foram financiadas e preenchidas por católicos. Tais sociedades logo se espalhariam. Na Academia Real de Ciências em Paris, fundada no século XVII, os católicos fizeram progressos tanto na astronomia quanto na química. Até mesmo a protestante Inglaterra terá católicos renomados em sua Sociedade Real em Londres, como Sir Kenelm Digby (1603-1665), famoso por manter discussões sobre ciências naturais com correspondentes na Itália e na França.

Durante a Revolução Científica (séculos XVI e XVII), monges, frades e padres católicos em missões constituíam uma rede mundial de correspondentes e coletores de dados. Informações sobre geografia local, flora, fauna, mineralogia e outros assuntos, além de ricas observações astronômicas, meteorológicas e sismológicas fluíam para a Europa vindo dos católicos das Américas, África e Ásia. Essa enorme coleção de nova informação

científica foi realizada por franciscanos, dominicanos, beneditinos e, talvez mais do que qualquer outro grupo, por jesuítas.

E não se pode falar de ciência sem falar dos jesuítas. Entre 1540 (ano de fundação da Companhia de Jesus) e 1625, quase 450 escolas foram fundadas na Europa e em outros locais pela Ordem. Muitos padres jesuítas investiram nas ciências naturais e fizeram importante avanços na sua área. O próprio calendário gregoriano foi preparado pelo matemático e astrônomo jesuíta Christoph Clavius (1538-1612). A própria astronomia foi um dos focos de estudo da Ordem. Entre os séculos XVI e XVII, eles foram os responsáveis pelos estudos das manchas solares, dos cometas e de um enorme catálogo de estrelas com muitos de seus nomes ainda usados até hoje. E a famosa imagem do campo magnético projetado por um ímã foi também uma descoberta jesuítica.

Em 1700, os jesuítas ocupavam a maioria das cátedras de matemática em universidades europeias. O estudo na natureza é algo necessário para o católico e serviu de base para as atividades científicas do início da modernidade. Os segredos da natureza são os segredos de Deus. E por isso, o entendimento do mundo natural nos leva ao melhor entendimento do seu Criador.

Por sua vez, as bases para o estudo da ciência pelos católicos vêm da Baixa Idade Média, de antes da Revolução Protestante. Foram os medievais que estabeleceram as universidades, a cultura do debate e o rigor lógico da teologia escolástica. Todos esses fatores foram fundamentais para a Revolução Científica. A ciência não é um produto do protestantismo, muito menos do ateísmo ou agnosticismo.

ATIVIDADES

- 1) Como você responderia à alegação “a Igreja Católica perseguia os cientistas por motivos religiosos”?
- 2) Qual a importância do estudo das ciências para o católico?
- 3) Pesquise e registre abaixo, alguns outros grandes méritos científicos conquistados por católicos em qualquer era:
 - 4) Por que que a prática da dissecação humana ficou tanto tempo em hiato?
 - 5) Assinale a alternativa incorreta:
 - a) Giordano Bruno misturava sua ciência com uma prática herética da teologia.
 - b) Galileu Galilei e Nicolau Copérnico foram cientistas católicos apesar das controvérsias.
 - c) O mito da Terra plana medieval foi criado para difamar os católicos.
 - d) Por alguns séculos a Igreja Católica proibiu o estudo de Aristóteles, mas depois voltou atrás com sua decisão.
 - e) A Igreja Católica era a instituição que mais investia e incentivava a prática da astronomia durante a era moderna.



AULA 09

A FILOSOFIA NO RENASCIMENTO



Em um primeiro momento não ocorreu nenhuma grande mudança na filosofia durante o Renascimento, e a Escolástica medieval ainda era o modelo imperante nas universidades com seus métodos de disputa e análises do mundo clássico.

Diversos novos textos do passado foram sendo redescobertos, mas sua aplicação prática era diferente da de antigamente, pois o paganismo que os greco-romanos praticavam não era mais a religião vigente e nem voltaria a ser. Por isso, de maior importância eram as interpretações desses textos, e a grande disputa do Renascimento estava em decidir entre seguir os ideais de Platão ou Aristóteles, e se analisariam esses filósofos com ou sem a mediação dos comentários dos escolásticos.

Os humanistas italianos preferiam seguir os ideais platônicos, mas ainda era necessário que tal filosofia fosse condizente com o cristianismo. Com o tempo, a deliberada escolha de alguns humanistas por ignorar as análises escolásticas, na tentativa de colocar em equivalência os ensinamentos cristãos com o helenismo pagão, gerará uma forma de entendimento equivocada onde Deus passa a ser visto como a “alma do mundo”, como se ele também seguisse as regras da natureza e, por isso, fosse parte dela e não ela criação d’Ele.

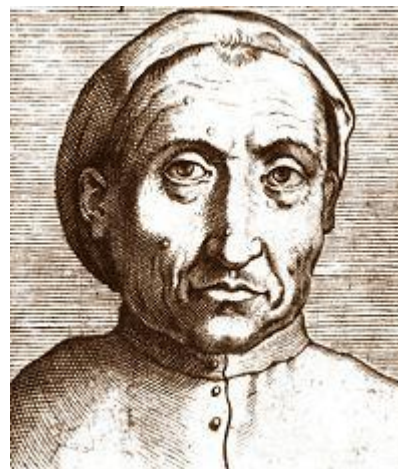
Essa forma de pensar será endossada por Giordano Bruno e depois por Spinoza, cujo deus desce de seu trono inalcançável para servir à lógica do mundo. É quando a natureza passa a ser tratada com ‘N’ maiúsculo, como se fosse uma grande inteligência e origem de todas as coisas existentes.

Os seguidores de Aristóteles também cometeram seus equívocos, pois ao invés de analisarem o clássico gênio da lógica através dos comentários de Santo Tomás de Aquino que o atualizava para o cristianismo, preferiram seguir as interpretações dadas pelo árabe Averróis, que sempre fora tratado como inferior e derrotado pelo Doutor da Igreja. Mas o árabe encontrou eco dentre os professores que preferiram deixar de lado a tradição cristã.

A consequência direta dessa opção dos humanistas, levou ao entendimento de que a alma não poderia ser imortal e nem que ela pudesse existir fora do corpo, interpretação esta que foi condenada pelo Papa Leão X.

Como a Inquisição reforçava o entendimento da filosofia Antiga segundo os ensinamentos dos seus maiores teólogos, os que negavam a Igreja separaram as verdades da filosofia das verdades da teologia, como se uma não devesse nada à outra. Como se fé e razão fossem coisas opostas.

Um dos primeiros céticos do início da Era Moderna foi o professor universitário Pietro Pomponazzi (1462-1525) que, apesar de se opor às interpretações de Averróis, ensinava uma análise pessoal de Aristóteles nas faculdades italianas que também não condiziam com o cristianismo. Pietro negava a imortalidade da alma, as ações do espírito e a existência de milagres, pois para ele só existem ações através da matéria e toda ação está sujeita às leis da natureza, não existindo nada fora do mundo natural.



Pietro Pomponazzi

Quando Pietro foi chamado a retratar-se por seus ensinamentos heréticos, o fez de maneira dúbia e em seus próximos textos disse que filosofia era algo para poucos e que a maioria seria incapaz de compreendê-la, querendo dizer com isso que todos aqueles que fossem contrários aos seus ensinamentos, na verdade, eram incapazes de compreendê-lo. Pietro também se sentia como Prometeu, que roubou a verdade dos deuses e a trouxe aos homens, como se tudo antes dele estivesse errado.

Pietro se sentia tão superior em tudo, que quando estava velho e doente quis escolher sua forma de morrer e jejuou radicalmente durante uma semana até que morresse de fome, em um suicídio assistido pelos seus seguidores.

E assim, a filosofia renascentista, assim como sua política, crescerá aos poucos em números de céticos, onde a busca por Deus será trocada pela busca por fortuna e poder, por satisfação própria e por diversão ao invés do dever e do amor.

RENÉ DESCARTES

René Descartes (1596-1650) pertenceu à baixa nobreza e desfrutou da oportunidade de adquirir um dos mais elevados estudos de sua época ao estudar num colégio jesuíta em La Flèche, na França. O ensino jesuíta buscava conciliar o ensinamento clássico do Renascimento com a filosofia escolástica medieval e seu currículo continha as disciplinas literatura, lógica, ética, matemática, física e metafísica.

O que Descartes não tinha, contudo, era saúde. Na infância, pegou tuberculose de sua mãe doente e



desde cedo era pálido e fraco o que o deixava muito tempo acamado, mas tal condição lhe permitia mais tempo para os estudos.

E após muito estudar encontrou muitas dúvidas e erros, o que o fazia sentir que nada aprendia além de aumentar o conhecimento de sua própria ignorância. A única exceção ao caso era com a matemática que passava uma sensação de progresso conforme aprendia suas fórmulas.

Aos 17 anos, quando terminou os estudos, passou o resto da juventude viajando, procurando conhecer mais a si mesmo e ao mundo a que pertencia. No fim, sua melhor descoberta foi o matemático Isaac Beekman com quem fez amizade e travou longas conversas, até que sua forma de pensar fosse somente através de problemas teóricos.

Ao mesmo tempo, surpreendeu a todos ao ingressar no exército holandês, assim que começou a se sentir mais forte e saudável e, mesmo durante o serviço militar, nunca deixou de estudar matemática. Eis que no final do ano de 1619, em meio a uma campanha, quando o jovem se fechou numa sala escura para escapar do frio, teve três visões, onde viu luzes piscando e ouviu trovões o que ele entendeu como sendo a própria divindade revelando a ele uma nova filosofia. Quando pôde sair da situação que se encontrava, passou a formular o que presenciou e a aplicar o método matemático à filosofia.

Mas evitou publicar suas descobertas tão cedo. Viajou de volta à França, passou alguns anos na Itália e decidiu por se manter no Norte, na Holanda. É possível que achasse que sua dúvida sobre todas as coisas fosse tratada como heresia pela Inquisição e, por isso, preferiu viver onde ela tivesse menor influência.

Sua obra é tida como a base da filosofia moderna, e Descartes é inquestionavelmente o filósofo do século XVII de maior influência sobre os filósofos posteriores. Sua atitude é a de um reformador convicto.

Sua primeira publicação foi o seu *Discurso Sobre o Método*, escrito em 1629, mas impresso somente em 1637, onde Descartes coloca todas as coisas em dúvida, inclusive as doutrinas e os dogmas, questionando as afirmações de todas as autoridades da filosofia e da teologia. Na década seguinte, o filósofo publicou suas obras *Meditações sobre Filosofia Primeira* (1641); *Princípios de Filosofia* (1644) e *As Paixões da Alma* (1649).

A solução que Descartes dá para a sua ‘dúvida universal’ é de prosseguir a partir daquilo que é inquestionável, o que para ele é o seu próprio pensamento que é capaz de duvidar. “Penso, logo existo”, escreveu o filósofo, e assim crê que a única certeza que possuímos é a que nós mesmos existimos, e para todas as certezas a partir disso será necessário aplicar um método.

A partir de si mesmo, a próxima certeza garantida é a existência de Deus, pois para Descartes, é impossível que seres imperfeitos e limitados como nós sejamos capazes de imaginar a ideia de perfeição e de infinito, então, como somos capazes de imaginar tais ideias, é porque elas existem em Deus. Para o filósofo matemático, a própria prova da existência de Deus é uma mera questão de lógica.

E a partir da certeza de nós mesmos e da de Deus, podemos perceber as demais coisas, pois o Deus perfeito e bom nos dá uma inteligência capaz de conhecer as Suas coisas com precisão. Ou seja, tudo será aprendido somente através da inteligência, o que é chamado de **racionalismo**.

Essa forma de pensar gerará, pelos próximos séculos, uma dúvida ainda maior sobre todas as coisas no atual relativismo, pois a filosofia moderna passa a também duvidar da própria razão humana e da possibilidade de conhecer a Verdade de algo. Em seu cerne, Descartes faz uma inversão do que ensina a Escolástica: para os medievais, a Verdade é algo que a razão é capaz de captar apenas em parte, mas a partir de Descartes a coisa se inverte e a 'verdade' passa a ser o próprio raciocínio.

A outra parte marcante da filosofia de Descartes é seu **mecanicismo**, que, apesar de não ser uma ideia original sua, torna-se muito influente a partir de seu trabalho. O mecanicismo é a maneira de pensar o mundo como uma grande máquina, e toda matéria é uma pequena parte desse todo. Para Descartes, tudo que existe é matéria e movimento, nada mais. E a vida não passa de autômatos complexos.

No fim, as universidades e o clero rejeitaram o cartesianismo por sua total dependência da razão e ignorância da tradição, mas os cientistas e matemáticos a abraçaram com convicção. Os jesuítas tiraram sua proteção sobre Descartes e suas obras acabaram na lista de livros proibidos pela Igreja Católica, mas sua influência não deixou de reinar e muitos o defenderam como nunca, tendo violado qualquer prática cristã. Razão e fé nunca aparentaram estar tão distantes e dissonantes.

Nos seus anos finais, René continuou a dedicar-se à ciência até que recebeu um convite da Rainha Cristina da Suécia para que lhe ensinasse filosofia. Ele hesitou a princípio, mas a escrita tão bela da Rainha mostrava-a como uma pessoa de grande inteligência, uma oportunidade para René estar ao lado de alguém que o reconhecesse, e assim viajou para Estocolmo, no final de 1649. Contudo, o frio sueco era demais para o francês e René Descartes morreu de pneumonia no ano seguinte.

Sua visão de mundo onde tudo é matéria e fragmentos de um todo maior, pode parecer-nos convincente à princípio, mas é uma porta aberta para o materialismo, que elimina as ações de Deus e ignora seus mistérios. A mesma filosofia, caracteriza a busca por elementos cada vez menores, na busca por uma forma primordial e pura, contudo o que os cientistas modernos encontraram na física quântica não pode ser explicado pelo cartesianismo. Sua redução do mundo à lógica matemática pode ter encantado os cientistas, mas mal sabem eles que essa filosofia na verdade limitou o progresso de suas ciências.

A CONTINUAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO FILOSÓFICA

Um dos pais da Revolução Científica foi Francis Bacon (1561-1626) que elaborou um método científico que definiu as bases da investigação moderna. Seu destaque é na sua

insistência de como é preciso experimentar e investigar para se conhecer a natureza e no método prático e preciso que inaugurou. Mas como nos deu fórmulas, sua importância é como extensor de uma filosofia e não criador de uma.

Seguindo os passos de Descartes, temos Baruch Spinoza (1632-1677), um judeu que foi expulso da sinagoga por questionar as validades do Pentateuco. E que também não poderia ser cristão, pois entendia a ressurreição somente como alegoria e não como fato. Para Spinoza todas as coisas possuem partes de deus e por isso elas não agem em liberdade própria, mas somente pela vontade divina. E como o deus de Spinoza é parte matéria e parte espírito, ele é limitado às leis naturais e nada pode existir fora delas, inclusive a possibilidade dos milagres.



Baruch Spinoza

Por mais óbvios que sejam os problemas de seu pensamento, seus textos se difundiram rapidamente por toda a elite europeia, que o liam escondido, pois eram proibidos; sua influência será grande na Alemanha e nos filósofos do Iluminismo.

Por fim, vamos a John Locke (1632-1704) cuja filosofia é oposta a de Descartes. Locke defende a ideia de que somos como uma ‘tábula-rasa’, ou seja, não possuímos nenhuma razão inata dada por Deus, mas aprendemos tudo através da experiência das coisas. Essa forma de pensar recebe o nome de **empirismo**.

Todo o conhecimento humano para Locke parte de uma experiência externa, que é sentida, para uma experiência interna, que é aprendida.

Curiosamente a consequência desse pensamento também é o materialismo e o relativismo, pois se não há conhecimento infuso no homem, as noções de justiça, do bem e do mal se confundem e o conhecimento de Deus se faz impossível.

ATIVIDADE

1. É correto afirmar que a presença da cultura greco-romana na filosofia Renascentista foi a causa principal da crescente tendência ao ceticismo?
2. Pergunte aos seus familiares mais próximos se há repercussões hoje em dia dessa ideia de entender a natureza como uma entidade divina?
3. E quanto ao mecanicismo, você já ouviu alguma vez que somos ou agimos como computadores? Quais os problemas de nos reduzirmos à meras partículas de um todo?
4. Quais as diferenças entre o racionalismo e o empirismo?



AULA 15

EDUCAÇÃO E MORAL ANTES DO ILUMINISMO



Um dos conflitos mais comuns ocorridos na França do século XVIII foi entre a Igreja Católica, a Igreja Protestante e os Filósofos Iluministas sobre o controle da educação. A disputa culminou na expulsão dos jesuítas em 1762, a nacionalização das escolas francesas, e o triunfo da educação secularizada durante a Revolução. Mas durante a primeira metade do século, as controvérsias estavam apenas começando.



Os iluministas

A maioria dos aldeões não sabiam ler, e até 1789, a quase totalidade da autoridade municipal mal conseguia escrever. Contudo, existiam pequenas escolas onde bispos ou sacerdotes escolhidos, ensinavam a ler e escrever além do catecismo. Eram escolas voltadas aos rapazes e cobravam uma pequena taxa dos pais, e caso a família não pudesse pagar, as crianças eram aceitas mesmo assim enquanto fossem aplicadas.

Mesmo assim, para muitos camponeses abrir mão dos filhos era algo impraticável, pois precisavam da criança ajudando os pais no campo, ou achavam que os estudos seriam um importuno para aqueles que viveriam do trabalho na terra. A educação não garantia uma melhora de vida, pois a mudança de classe social apresentava barreiras quase que intransponíveis. Além disso, aqueles poucos das pequenas cidades liam somente o que lhes fossem úteis para o trabalho diário. Todos conheciam o catecismo, mas o estudo de literatura, ciência e história era algo quase que exclusivo para os habitantes das grandes cidades.

Nas altas classes, a educação era ministrada em casa por governantas, tutores e por mestre de dança. Este último era responsável por ensinar a criança a se sentar, se levantar, andar, falar e gesticular com cortesia e graça. E eram comuns as mulheres aprenderem latim e tocar algum instrumento musical.



Colégio Jesuíta 'Luís, o Grande' – O ápice da educação secundária na França do século XVIII

A maior parte da educação dos rapazes era realizada por jesuítas, seguidos de beneditinos e oratórios ao estilo de São Felipe Néri. Até mesmo grandes céticos, como Voltaire, foi educado em colégio jesuítico.

Os colégios exaltavam debates, teatro, e a correta expressão de ideias de seus alunos. Seu fruto era que boa parte da literatura francesa foi escrita em colégios jesuíticos. Os estudantes também recebiam cursos de lógica, ética e metafísica, e não à toa, vimos o mundo Ocidental entrar em uma “era da razão” na modernidade.

As críticas aos métodos pedagógicos eram que o currículo dava pouca atenção para os avanços mais recentes do conhecimento e era, muitas vezes, teórico demais, afastando os estudantes da vida prática. Para o trabalho comum, eram mais importantes homens de confiança do que homens de conhecimento.



“Uma boa educação” – Pintura de Chardin

A moral também era um dos pilares dos colégios religiosos e só poderia ser ensinada mediante o conhecimento

aprofundado da religião. Essa afirmação dos diretores das escolas será contestada pelos iluministas que questionarão se a moral precisava mesmo estar vinculada à religião.

Nas classes média e baixa, a moral se mantinha positiva graças à religião e à tradição, que garantiam as boas práticas em seu lugar. A vida simples, vinculada ao trabalho no solo e nos ritos sociais preservavam uma ordem que por séculos se manteve inabalada. A tradição também permitiu que a moral se mantivesse firme na classe média, gerando uma burguesia exemplar. A mulher trabalhava em casa e na comunidade e poucas vezes se ouviam escândalos de adultério.

Mosteiros davam comida aos pobres, freiras atendiam os doentes em hospitais, e orfanatos e casas de acolhimentos eram mantidas pelo Estado, pela Igreja e por corporações de ofício. Não eram incomuns os bispos que doavam seu dinheiro aos pobres, até mesmo funcionários do Estado auxiliavam com esmola. O próprio Rei Luís XV tomava algumas tímidas atitudes de doação e caridade.

Os filósofos iluministas não queriam inverter essas práticas, mas retirar delas a necessidade de religião, pregando um amor pela humanidade ao invés do amor em Deus. O humanitarismo de hoje é fruto da religião com a filosofia moderna.

Apesar de terem existido sacerdotes que pegassem para si o dinheiro do dízimo, chefes de hospitais que gastassem consigo mesmo o que foi dado por caridade, e abusos de nobres quanto aos impostos cobrados dos pobres, resumir o Antigo Regime a essas ações seria de grande malícia.

A sociedade do início do século XVIII era como todas as outras; havia vícios em jogos de azar, traições, desonestidade, violência e abusos dos ricos sobre os pobres. Mas a noção do Bem verdadeiro existia em toda parte. Todo francês amava seu país e todo parisiense não se via vivendo fora de Paris. Era uma sociedade que causava orgulho em seus integrantes, com seus erros e acertos.

Os casamentos por amor e sem consentimento dos pais cresciam em números e na literatura, e eles eram permitidos somente se o casal jurasse perante uma testemunha. Mas a maioria dos casamentos, mesmo dentre os mais pobres, ainda eram arranjados pelos pais, visando mais uma união de propriedade e de famílias do que de pessoas. Afinal, a família, e não o indivíduo, era a base da sociedade, por isso que a sua prosperidade era mais importante que os sentimentos dos jovens.

A idade legal para casamentos era de 14 anos para os homens e 13 para as mulheres. E os próprios pais preferiam que seus filhos se casassem o mais cedo possível, para evitar que caíssem em pecado. Isso acarretava situações como a da Marquesa de Sauveboeuf que ficou viúva com apenas 13 anos de idade.

Enquanto a família não encontrava um marido digno para suas filhas, elas eram mantidas em conventos, para depois passarem de freiras a esposas.

Ainda sobre os casamentos, dentre a elite aristocrática o mais comum era que nobres com pouca riqueza e muitas terras se casassem com burgueses ricos e sem terras. Como

os nobres ignoraram o crescimento das indústrias e do comércio, ficaram à mercê dos burgueses, e estes das grandes posses dos nobres. Como esses casamentos não nutriam sentimentos, somente posses, era comum que os casais vivessem distantes um do outro e até aceitavam a existência de amantes sem que caíssem em ciúmes.

Vivendo pelos seus títulos e poderes políticos, essa elite também não era próxima de seus próprios filhos. As crianças da aristocracia eram criadas por babás e tutores longe dos pais, sem nunca dormirem sob um mesmo teto. Para estes, família e intimidade eram mais bem tratadas à parte. Essas crianças eram logo enviadas para servirem no exército ou para a Igreja, onde viviam à espera da herança e de títulos de nobreza.

Já nessa época os costumes e práticas dos grandes ricos eram coisas mal vistas pelo resto da população que prezavam pelos bons costumes. E assim como a elite medieval foi deixando de lado os valores da cavalaria, os nobres do Baixo-Renascimento deixavam de lado suas crenças religiosas e o modelo do casamento cristão. As boas práticas e a nobreza como virtude, iam se perdendo dentre os nobres que as trocavam pelos prazeres mundanos, preferindo viver como pagãos da época da decadência do Império romano.

E toda essa falta de moralidade exigia para si o maior refinamento nas maneiras: roupas elegantes, fala elaborada, uma variedade de confortos e os devaneios do intelecto. Nunca a elite europeia foi tão polida, elegante e erudita. A alta sociedade era uma obra de arte em si mesma. Não à toa, foi nesta época que a palavra ‘civilização’ passou a ser utilizada.

O TRIUNFO DO ILUMINISMO

Após a partida dos jesuítas, quem iria educar a juventude francesa? Antes mesmo do caos da Revolução, ocorreria uma convulsão na pedagogia.

Os Iluministas não queriam simplesmente passar a educação francesa para outro grupo religioso. Não que fossem todos ateus, até aceitavam a autoridade da religião sobre a moral, mesmo assim, não queriam o controle do clero sobre o ensino.

Para eles, a filosofia deveria substituir a religião e sua ética humanista deveria estar acima de qualquer ordem humana e divina. E depois da ética o nacionalismo. A nação deveria ser adorada, mas o clero ensinava a submissão a outro tipo de autoridade. A educação não deveria ser um preparo para a santidade, mas para a vida terrena, para a competência no trabalho, na administração e nas práticas da indústria. O latim deveria perder seu destaque e o francês ser mais ensinado. O currículo deveria possuir mais ciência e crianças na mais tenra idade deviam ser expostas ao básico de geografia, física e história natural. História também deveria ser uma disciplina mais tratada em sala de aula, mas, principalmente, e acima de tudo, uma mente filosófica deveria ser criada.

Voltaire aplaudiu a ideia de um dos seus de que o pobre não deveria receber muita educação, ou perderia o gosto por seu trabalho braçal, afinal, homens ignorantes eram necessários em abundância para servirem aos filósofos e aos braços da nação. Para aqueles

que desejavam a educação de todos, Voltaire disse que a educação primária de fato é útil de forma geral, mas a formação de um intelectual é voltada para a burguesia urbana e não para aqueles que vivem dos músculos.

Mas sem os cristãos como professores, foi necessária a formação de uma escola para novos mestres. Qualquer um era bem-vindo, mas os eclesiásticos sofriam certa resistência. No fim, a doutrina católica permaneceu no currículo com certo destaque, mas agora ciência e filosofia moderna se encontravam dentre os assuntos mais privilegiados. E para os Iluministas abrirem seu caminho na educação, Aristóteles teve de ser deixado de lado. Laboratórios foram formados nas universidades e surgiram os colégios técnicos e militares em Paris e nas províncias.

Dos velhos professores, vários alertas foram dados, avisando que a nova pedagogia melhoraria o intelecto, mas não a personalidade, e que sem moralidade e disciplina, todos estariam fadados à uma contínua revolução.

Os Iluministas, entretanto, colocaram toda a sua confiança na educação. De forma geral acreditavam que o homem nascia bom e que alguma forma de crença ou política os corrompia. Então era necessário procurar limpar essa corrupção via educação para que o homem voltasse ao seu estado natural.

Tal estado natural do homem nunca foi definido nem comprovado. O homem nascer bom não passava de um mito contado por Rousseau. A ideia de que a educação solucionaria todos os problemas humanos também é mais um dos mitos iluministas. O dogma da religião iluminista é que, por meio da educação filosófica dos homens, seriam abertas infinitas possibilidades de progresso, e esse progresso iria eliminar o mal que assola o homem, permitindo a criação de um paraíso terreno.

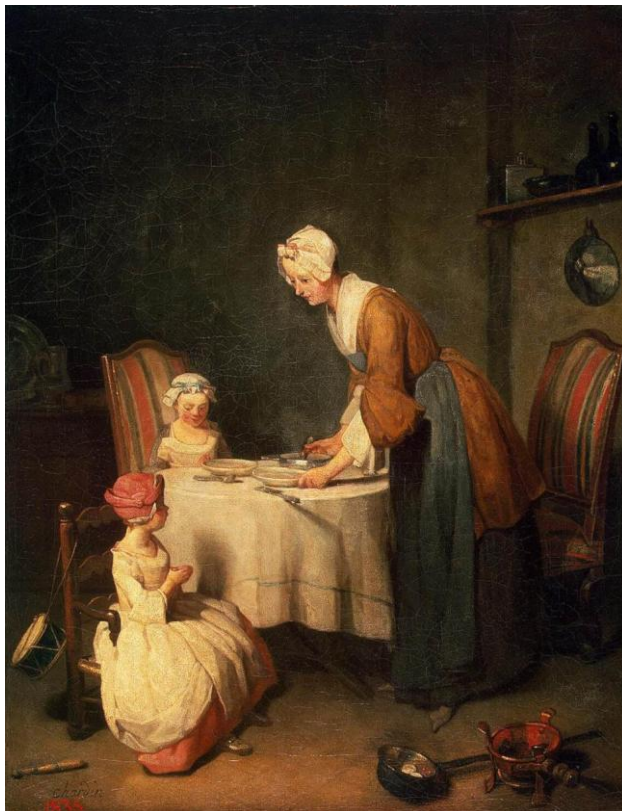
Os primeiros que, segundo os Iluministas, deveriam abraçar essa revolução da educação deveriam ser os reis. Os reis se tornando “déspotas esclarecidos” seriam os líderes ideais para o avanço humano. No fundo, muitos desses intelectuais já previam o avanço da França em direção à uma grande revolução geral.

Mas a grande dúvida se mantinha: poderia uma nação viver sem religião? Poderia a moralidade se manter sem um código moral divino e um Deus que tudo vê e que recompensa os bons? A grande aposta dos filósofos modernos foi na eficácia de uma ética natural, independente da teologia, forte o suficiente para superar as crenças populares.

Mas e se a sociedade se negasse a aderir a tais mudanças? Seria necessário usar a força? Mas quantos homens de fato usam da razão? E outra, o caráter, que determina as ações, é criado antes ou depois do homem adquirir razão? Essas eram as grandes questões dos Iluministas quanto à imposição de sua ética moral. E a maioria acreditava que tudo se estabeleceria por meio do ensino e das leis e que estes moldariam a razão, para que o egoísmo se tornasse cooperação, e que juntos fariam uma nova ordem social.

E se o bem da humanidade era a finalidade da razão, não havia problemas no homem que buscasse o prazer mundano conquanto não prejudique os demais. A felicidade se

tornou o fim último do homem, mas uma felicidade terrena, adquirida pela satisfação dos sentidos, e não mais pela busca do paraíso celeste.



“A reza antes da refeição” – Pintura de Chardin

ATIVIDADES

1. O que mantém as boas relações entre os indivíduos das classes baixas?
2. Por que que o casamento entre a elite era tão conturbado?
3. Qual é a finalidade da educação católica?
4. Qual é a finalidade da educação iluminista?
5. Por que que a educação iluminista foi alertada quanto a produzir revoluções?

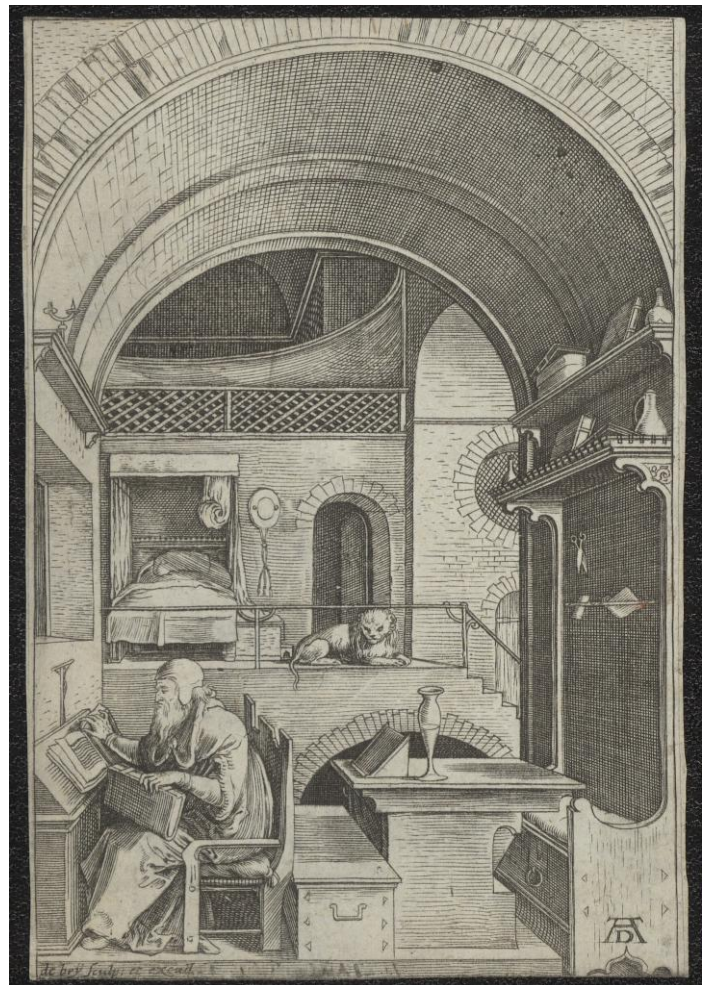


AULA 19

A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS SANTOS



curiosidade acerca dos feitos e a importância dos antigos Padres da Igreja, que atuaram durante o período conhecido como Patrística, não é somente levantada pela Igreja Católica, até mesmo a arqueologia moderna parece entrar em êxtase e chamar a atenção de todo o mundo quando encontra algum velho pergaminho de longa data, seja este um documento apócrifo ou um texto pertencente à Tradição. Vemos isso na formação de estudos recentes cujo foco são exatamente velhos evangelhos, sejam eles gnósticos ou mesmo os Pergaminhos do Mar Morto, encontrados na metade do século XX, cuja origem é estimada entre os séculos III a.C. e I depois de Cristo.



São Jerônimo em seu estudo

Há hoje inúmeras edições dos textos dos Padres da Igreja, muitas vezes com comentários, e estudos em andamento quanto à importância dessas obras na história da Igreja Católica e na história da cultura Ocidental. Só não confunda os Padres da Igreja com os Padres do Deserto, que são um grupo menor de figuras destacadas. Mas tais obras não são somente importantes para os teólogos e historiadores. Seus conhecimentos também podem ser muito úteis aos leigos que pretendem conhecer mais sobre a verdadeira fé.

É de grande importância para os tempos atuais o conhecimento sobre os antigos Padres da Igreja, pois eles foram os responsáveis, e com grande êxito, pela conversão dos bárbaros durante dois séculos e meio. Fizeram tudo isso sem possuir nenhum poder social

nem político. Toda sua conquista foi realizada com meios primitivos de mídia, e mesmo assim, a Igreja se manteve firme e cresceu, numa média de quase 40% a cada década, durante séculos. Algo que hoje, com tudo que temos, nos parece impensável, e por isso é importante voltarmos nossas atenções aos grandes Santos Padres e Doutores da Tradição.

Um segundo motivo para estudar a Patrística é que seus teólogos solucionam uma profunda necessidade humana: a necessidade de raízes. Os primeiros cristãos são nossos ancestrais, fazem parte da genealogia da Tradição, são como membros da família dentro da comunhão dos santos. Temos uma mãe em comum: a Igreja; e eles possuem nossa linhagem, pois eles e nós compartilhamos da mesma comunhão no Corpo de Cristo. Conhecer os Padres da Igreja é conhecer nossas raízes, ou seja, é como conhecer mais sobre nós mesmos ao mesmo tempo que conhecemos quem eles foram.

Seus nomes e imagens nos ícones primitivos podem nos ser estranhos hoje, mas se nos permitimos conhecer seus mundos, notaremos que não são tão diferentes de nós. Compartilhamos de uma mesma humanidade, mas além disso, somos todos católicos, o que nos dá uma condição facilmente reconhecível através dos milênios.

Nós e eles somos homens que participam da Missa, que fazem o Sinal da Cruz, que confessam, que pedem pela intercessão dos Santos e que zelam pelos mortos. Temos uma comum hierarquia com o Papa no topo, seguida pelo bispo, pelo padre e pelo diácono. Somos almas devotas que amam chamar a Igreja de católica.

A relação que devemos estabelecer com Padres é a mesma que seus discípulos possuíam: fazer deles nossos mestres, pois eles são os professores de religião da Igreja Primitiva. Eles são os responsáveis pelos primeiros catecismos.

Quando falamos dos santos Padres, não falamos de qualquer um que tenha ensinado sobre a Igreja, nem daqueles cujos escritos sobreviveram. Também não falamos dos teólogos mais sábios, nem das pessoas mais bem-comportadas da Cristandade.

Falamos de uma elite, de um grupo exclusivo com algo entre cem autores que a Tradição Católica manteve em veneração como os patriarcas do cristianismo em qualquer época. Pouco mais de cem professores que fizeram a diferença em 700 anos de história. Quando falamos dos Padres e Doutores Santos, falamos dos melhores dos melhores.

Tente imaginar o quão difícil foi manterem vivos seus escritos durante os primeiros séculos. Tempos quando não existia a prensa nem a mídia eletrônica. Seus livros, cartas e sermões foram copiados à mão. Um livro longo poderia custar um mês inteiro de trabalho para um escriba, e o custo desse trabalho era muito alto. Os livros eram copiados em papiro, que não são materiais duráveis. E tais livros não tinham somente o tempo como inimigo, mas a própria perseguição que era árdua contra a Igreja. Por séculos foi considerado um crime sério possuir um livro cristão. E o que fosse encontrado era destruído na hora, o que fazia com que muitos cristãos queimassem ou enterrassem seus livros para que não fossem descobertos.

Ou seja, o que nos restou foram algumas obras, dessa elite da elite, que conseguiram sobreviver através dos milênios e que, mesmo assim, nos surpreende em seus feitos, na maestria que possuíam sobre a fé e na força com que convertiam os brutos.

O LEGADO DOS PRIMEIROS SANTOS

A Filosofia desenvolvida durante a Patrística gerou diversos avanços para a psicologia e a antropologia. Esses primeiros Santos são considerados como os principais intelectuais de vários campos do conhecimento humano. Segundo Rudolf Allers, psiquiatra e filósofo, as palavras de Santo Agostinho em suas *Confissões*, podem ser entendidas da seguinte maneira: “primeiro, que as ações e o comportamento de um homem são a manifestação de uma vontade; e, segundo, que a vontade, escondida por detrás desse comportamento real, pode ser desconhecida para o homem de que se trata. [...] Essa passagem das Confissões é a primeira a introduzir o conceito de inconsciente”.

O objetivo dos grandes padres da Patrística era demonstrar que Jesus Cristo é o único salvador da humanidade, o único caminho de felicidade. E seguindo com a tradição filosófica, esses autores também visavam mostrar que não há contradição entre razão e fé. A razão alcançada pelos grandes filósofos gregos, Sócrates, Platão e Aristóteles, não foi abandonada; pelo contrário, a compreensão da realidade que estes estabeleceram foi aprimorada pela Revelação.

A filosofia da Patrística seguiu uma linha predominantemente platônica, embora também haja escritos relacionados ao pensamento aristotélico. Este, por sua vez, teve seu ápice e mais profundo estudo durante o movimento filosófico da Escolástica.

No início do movimento Patrístico, a doutrina cristã já estava plenamente revelada, o trabalho dos doutores filósofos limitou-se a apenas explicá-la segundo a razão natural.

A própria sobrevivência do cristianismo depende de uma constante e progressiva compreensão da Revelação, por isso os Padres da Igreja são fundamentais. Desde o primeiro século e até hoje, costumes pagãos se misturam ao cristianismo e geram heresias. Eis a necessidade de que sempre haja grandes Doutores para combatê-las.

Nos primeiros séculos do cristianismo, as heresias do maniqueísmo e do gnosticismo perturbavam a Tradição. Seus propagadores diziam que Deus criou todas as coisas, inclusive o mal. De um outro lado, concluíam que Deus não podia ter criado tudo, já que não criou o mal.

Os maniqueus diziam, então, que havia dois deuses de igual poder, em equilíbrio, um que criou o bem e outro que criou o mal. Já os gnósticos diziam que toda criação material era fruto de um deus mal que aprisiona as almas criadas pelo deus bom.



*A conversão de Santo
Agostinho*

Essas formas de pensar, existentes desde antes do cristianismo, permeiam até hoje entre muitos céticos, que teimam nesses pontos querendo justificar que a fé não faz sentido. Mas essas confusões já foram elucidadas na primeira metade do primeiro milênio, por chefes da Igreja que nunca adotaram tais crenças, ou, se as adotaram, foi por um breve momento, para que logo compreendessem suas falhas e se voltassem contra elas.

Santo Agostinho foi o Doutor e Padre da Igreja que resolveu a questão. Seguindo a doutrina Cristã sempre afirmou que Deus é o próprio bem, sem poder fazer algo que seja mal. Agostinho acrescentou que Deus criou as criaturas para terem liberdade através do livre-arbítrio. Pois se alguma criatura não pudesse escolher entre o bem e o mal seria mero fantoche de Deus, sem vida genuína. A possibilidade de escolher o bem ou mal com as próprias forças é o que garante o livre-arbítrio. Dessa forma, para que os seres humanos tenham plena posse da sua vida, é necessário que Deus permita o mal como consequência da existência da liberdade.

Segundo os filósofos patrísticos, Deus não deseja o mal, sua vontade é que todos alcancem o bem, mas o mal pode existir para que os homens alcancem o bem de forma livre, verdadeira. E o que é esse mal afinal? O mal não passa de uma corrupção do bem criado por Deus. Deus não o criou, mas a liberdade humana de escolher o mal permite que um bem criado por Deus se corrompa.

Santo Agostinho explicou essa questão em seus estudos, afirmando que o mal não possui ser. Sendo assim, o mal é apenas a ausência do bem, sem uma existência própria. Assim como as trevas, que são apenas a ausência da luz, o mal é a ausência de bem nas criaturas que decidiram viver nas trevas do mal.

OS DOUTORES E A FELICIDADE

Mas somente uma parte da Patrística foi combativa, em muitas outras questões, seus estudos visavam melhorar a própria condição humana, principalmente na procura pela felicidade.

Uma vez que Jesus ordenou que seus discípulos buscassem ser perfeitos assim como Deus é perfeito, é obrigação do cristão buscar desenvolver-se da melhor maneira possível, em todos os aspectos da vida, de maneira hierarquizada. São Cipriano, Padre Apostólico, escreveu que o homem não foi criado nem imperfeito, nem perfeito, devendo se aperfeiçoar para se elevar cada vez mais em direção ao bem, o próprio Deus.



Os grandes Pais da Igreja Latina

Para a filosofia patrística, diferentemente das linhas modernas de psicologia, a vida tem sentido e uma finalidade: alcançar o sumo bem através de uma vida de esforço e responsabilidade.

Como muitos dos primeiros cristãos vieram de povos pagãos, cuja civilização exaltava os vícios, os Padres Apostólicos sentiam-se na necessidade de ajudar os fiéis, desenvolvendo abundantemente a psicologia.

Nesse ponto, vemos como os Padres aprimoraram a razão clássica: contrariando o que Platão ensinou, Santo Agostinho diz que o homem deve buscar a verdade com ajuda de Deus em seu interior e não em um mundo à parte. E reforça dizendo que essa vida virtuosa, iluminada pela graça e que direciona à verdade, só pode ser alcançada pela frequente prática da oração.

Quem luta contra a carne usando apenas dos recursos naturais, não consegue elevar-se para superá-la, mas quem busca o sobrenatural, que é Deus e sua presença em nós, vence a corrupção que nos assombra.

ATIVIDADES

1. Qual a importância do estudo das obras dos Padres da Igreja?
2. O que se pode aprender estudando os primeiros grandes Santos?
3. É possível afirmar que as heresias combatidas pelos antigos teólogos foram resolvidas de vez e não mais prejudicam a Igreja? Justifique.
4. De que maneira a vida pagã impede que o homem alcance sua finalidade?
5. Para a pessoa que quiser buscar a santidade pela vida intelectual, somente o estudo não basta. O que mais é necessário ser feito?



AULA 21

LONDRES



Algumas estatísticas apontam que a Europa tinha em torno de 140 milhões de habitantes em 1750. A Inglaterra, em 1800, contava com nove milhões de pessoas, destas, 725 mil habitavam Londres, a cidade mais populosa do mundo nessa época. O crescimento populacional se fez possível pelos avanços na agricultura e no transporte, ampliando a produção e distribuição de alimento. Alguns também apontam para a Reforma como parcialmente responsável, pois os sacerdotes passaram a se casar e a ter filhos.

Em Londres, seus portos não eram tão limpos como os vemos hoje. Habitados por marinheiros devassos e mulheres tão violentas quanto os homens, as tavernas eram povoadas por todo tipo de gente vivendo na indecência. Somente quando as autoridades, em 1736, votaram para instalar dezenas de milhares de lâmpadas a óleo na cidade para ficarem ligadas durante a noite inteira, é que a população londrina passou a se sentir mais segura.

As ruas da capital eram de paralelepípedos, onde o som do trote dos cavalos sobre as pedras era ouvido o dia todo. Junto às carruagens, andavam mercadores, artesãos e mendigos, todos gritando pela atenção dos moradores. De dentro das casas ouvia-se os sons dos vários instrumentos musicais tocados, um passatempo comum dentre os jovens. Em toda a cidade inglesa, somente os ladrões trabalhavam em silêncio.

O crescimento urbano também exigiu que as cidades tivessem um avanço nas questões sanitárias. Em 1750, a maioria das casas londrinas já continha água corrente. Uma lei obrigava todo morador a lavar e cuidar de sua calçada. E todo bairro contava com um



Rio Tamisa (1747)

pequeno grupo de pessoas responsáveis pela coleta do lixo. Os banheiros ficavam geralmente fora das casas, nos quintais; sendo poucos aqueles que usufruíam de um sistema de esgoto próprio.

Uma considerável parcela da população de Londres, era pobre e vivia em bairros sujos de lixo e infestados de doenças. Metade destes, dependiam de caridade para ter o que comer; muitos tinham de recorrer à prostituição ou ao furto. As crianças pobres corriam descalças e imundas, vestidas de trapos e educadas pelo crime. A vida da periferia pobre era rica somente em seus vícios. Homens e mulheres, lutando contra a miséria, viviam pela satisfação da carne. Por causa disso, os bares eram mais abundantes que as igrejas.

Mas a grande metrópole, obviamente, não se valia somente pela sua criminalidade e pobreza. Também era a cidade onde ficava o Parlamento e os palácios reais; onde habitavam milhares de advogados, mercadores, jornalistas, artistas, professores, cientistas e clérigos. Frequentada pelos seus teatros, óperas, shows de fantoches e lutas de ringue. É a mesma cidade vívida e impressionante pintada pelo artista florentino Antonio Canaletto, e cuja beleza impressionava até mesmo o Papa.

EDUCAÇÃO

Como em todo o restante da Europa, a mortalidade infantil na Inglaterra era muito alta no século XVIII. Menos de 50% das crianças passavam dos 10 anos de idade e a negligência de muitos pais, fazia com que muitos bebês sofressem com alguma deformidade física.

Para os pobres, existiam escolas pagas por dinheiro de caridade, mas pouquíssimos as frequentavam. A classe média e a elite pagavam por colégios privados. O ensino era diferenciado entre homens e mulheres. Os rapazes eram educados em literatura clássica e moderna, junto de matemática, geografia e história. Mas as mulheres eram privadas de boa parte da cultura universal. Nas escolas, aprendiam a ler e escrever e também recebiam muitas aulas de religião, mas depois eram orientadas para o trabalho industrial doméstico, com poucas aprendendo além do básico sobre matemática e cultura geral.

Vale notar, também, que o ensino religioso nas escolas inglesas era majoritariamente protestante.

De todos os alunos, pouquíssimos optavam por estudar gramática, pois o letramento não era necessário para a maioria da população. Praticamente todos os pobres, e boa parte dos ricos, morriam sem saber ler. Mas para aqueles que se propunham à alta educação, tinham de enfrentar um ensino de disciplina severa. Somente os melhores chegavam na faculdade, sendo a maioria de famílias ricas. Alguns raros indivíduos pobres, recebiam patrocínio para estudar ao lado dos mais privilegiados.

A ROTINA DO TRABALHADOR INGLÊS

Com a consolidação do capitalismo e o crescimento das grandes fábricas em toda a Inglaterra no século XVIII, o trabalhador teve sua vida totalmente transformada. Ele não mais possuía as ferramentas do seu labor, nem podia ajustar as horas de trabalho de acordo com suas condições. O trabalho não mais unia sua família na produção e na venda dos bens criados, pelo contrário, a divisão do trabalho, tão exaltada por Adam Smith, transformou o ofício em algo impessoal e de uma entediante repetição, onde o produto final não podia mais receber qualquer toque artístico pessoal. O artesão se tornou mera ferramenta. Além disso, sua participação na divisão final dos lucros também caiu consideravelmente.

Pais e maridos esfomeados disputavam pelo mercado de trabalho contra mulheres e crianças de famílias alheias. O ganho pelo trabalho era baixo e teve poucas variações durante todo o século XVIII. Os homens ganhavam mais que as mulheres, e ambos ganhavam mais que o dobro pago a uma criança. Muitos empregadores alegavam que seus funcionários não mereciam pagamento por serem preguiçosos demais e gastarem muito do que ganhavam com cerveja. Um burguês chegou a alegar que a única forma de evitar que seus funcionários caíssem em vícios, era pagando-lhes pouco, para que trabalhassem mais e gastassem somente com as necessidades básicas para a vida.

A rotina de trabalho variava entre onze e treze horas por dia, seis dias na semana. O único alívio estava na pausa para o almoço, que durava em torno de uma hora e meia, mas caso um trabalhador abusasse do descanso, perderia até um quarto do seu pagamento daquele dia. Uma técnica usada por alguns industriais, era manter grupos de desempregados nas redondezas, prontos para substituírem os funcionários que faltassem a seus compromissos.

Aos poucos, os proletariados começaram a se organizar nas cidades e a apelar para o Parlamento para que recebessem mais. Essas associações de trabalhadores eram diferentes das guildas existentes e se tornarão, no século seguinte, os chamados sindicatos. Um primeiro passo foi dado em 1756, quando um grupo de funcionários da indústria têxtil, se pronunciou pela Casa dos Comuns, para que fosse criada uma lei garantindo um pagamento mínimo. Um ano depois, essa lei foi retirada e o Parlamento anunciou que os valores dos pagamentos seriam equilibrados pelo mercado, pela oferta e procura. Começava a era do livre mercado, do *laissez-faire*.

A LUTA POR CONDIÇÕES DE TRABALHO

O lucro gerado pelos industriais, agradava a classe média e a elite, que viam o mercado prosperar com vários produtos. E, por isso, pouco se preocupavam em dividir seus lucros. O proletariado pouco ou nada desfrutou dessa prosperidade. Em 1800, apesar das máquinas em ascensão, os pobres pouco mudaram sua situação se comparados com a

maneira de como viviam cem anos antes. No início do século XIX, quase toda cidade inglesa continha uma periferia pobre, infestada por doenças e criminosos. Eram nesses bairros que moravam os trabalhadores industriais.

Várias vezes, esses operários tentaram melhorar suas condições de trabalho por meio de greves e revoltas, sendo comum que destruíssem as invenções que ameaçassem seus empregos. Em 1779, oito mil homens se armaram e saíram nas ruas ameaçando destruir todas as fábricas da Inglaterra. Várias delas acabaram destruídas, até que o exército enfrentou os rebeldes. Muitos foram presos e seus líderes condenados à forca. Enquanto isso, alguns poucos tentavam acalmar os trabalhadores contando como a invenção da prensa também desempregou diversos copistas, mas ao mesmo tempo permitiu novos empregos.

A criação de sindicatos ainda era proibida, mas eram abundantes as associações de trabalhadores, principalmente daqueles do setor têxtil. No decorrer do século XVIII, essas associações se tornavam cada vez mais agressivas, a ponto de fazerem greves toda vez que o Parlamento rejeitava suas propostas. E tais greves, quase sempre eram reforçadas por grupos armados, terminando em violência.

Em 1776, Adam Smith descreveu a situação da Inglaterra: Enquanto o Parlamento proíbe a organização dos trabalhadores, não há nenhuma lei que impeça os industriais de se organizarem contra seus funcionários. Enquanto não há nenhuma lei garantido um salário mínimo para os trabalhadores, há diversas para impedir o aumento do pagamento. As leis favorecem os industriais, dando a eles, mesmo sendo poucos, maior poder de atuação, enquanto que pouquíssimos trabalhadores seriam capazes de sobreviver uma semana sem pagamento.

Mesmo assim, em 1799, as leis reforçaram a proibição de organização de sindicatos, de greves pedindo por pagamentos maiores e menores jornadas de trabalho. E o trabalhador que reagisse por melhores condições, estaria sujeito à prisão. A era do livre mercado era o triunfo apenas dos industriais.

AS REVOLTAS

Entre 1811 e 1816, novamente os trabalhadores da indústria têxtil se revoltaram destruindo o maquinário das fábricas onde trabalhavam. O movimento foi supostamente iniciado por um funcionário chamado Luddite cuja existência nunca foi comprovada. Contudo, uma lenda foi criada sobre seu nome dando origem ao Rei Ludd, aquele quem incitava revoltas contra as novas tecnologias. O ocorrido foi copiado em diversas regiões da Inglaterra, onde grupos de trabalhadores saíam mascarados durante a noite para destruir as fábricas e apontavam Ludd como seu líder. Tais manifestações são conhecidas hoje como **Luddismo** e também terminaram com vários rebeldes sendo presos e condenados à forca.



Um bairro industrial inglês em 1830

especificações. Em pleno período de depressão econômica, a proposta de Lovett teve grande adesão dentre a classe proletária.

Aqueles que apoiavam a validação da Carta do Povo passou a ser chamado de **cartista**, e apesar do apoio do próprio Parlamento pela Carta, Lovett e diversos de seus seguidores foram presos. Anos mais tarde, três milhões de ingleses assinaram uma petição por melhores condições de trabalho e fazendo exigências baseadas na Carta do Povo. Mesmo assim, sua aprovação seguiu sendo rejeitada.

Com o passar dos anos, a melhora econômica no país fez com que o cartismo perdesse forças até desaparecer em 1848. No fim, alguns velhos líderes do movimento conseguiram a aprovação de diversos pontos pedidos na Carta do Povo. Tudo se realizou pela política sem necessitar de manifestações.

Por fim, os sindicatos foram permitidos na segunda metade do século XIX e passaram a atuar com mais ênfase. Estes surgiram quase que ao mesmo tempo por toda a Europa e também nos Estados Unidos da América. Sua permissão de existência facilitou a organização e aceitação de pedidos por melhores condições de trabalho e salários maiores.



Fotografia da reunião dos cartistas em 1848

ATIVIDADES

1. Quais mudanças ocorreram nas grandes cidades inglesas após a Revolução Industrial?
2. O princípio do *laissez-faire* é que a economia irá caminhar por si só, sem a interferência do Estado. Por que essa política não foi agradável aos trabalhadores industriais em um primeiro momento?
3. De que maneira a indústria se tornou o centro da rotina do trabalhador?
4. A realização de revoltas surtiu algum efeito positivo para a condição dos operários?



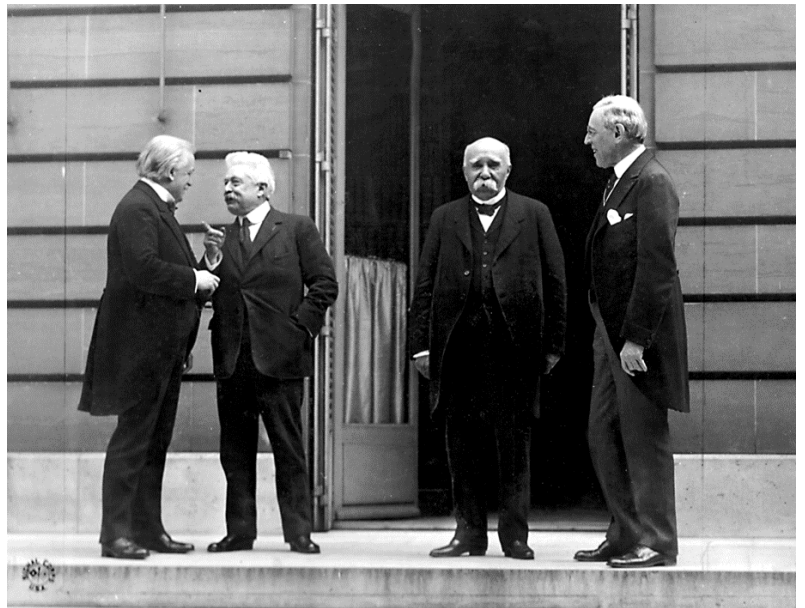
AULA 26

O PÓS-GUERRA



Alemanha saiu terrivelmente devastada da Primeira Guerra Mundial. Ela não somente perdeu o combate, como foi forçada a assinar o Tratado de Versalhes que impôs-lhe diversos limites, um pagamento pelos danos causados na guerra, e a perda de 10% do seu território. O Tratado foi esboçado durante a Conferência de Paz em Paris, em 1919, pelos “Quatro Grandes” líderes

nacionais: David Lloyd George, Primeiro-ministro do Reino Unido; Georges Clemenceau, Primeiro-ministro da França; Woodrow Wilson, presidente dos Estados Unidos; e Vittorio Orlando, Primeiro-ministro da Itália.



Os “Quatro Grandes”: da esquerda para a direita: David Lloyd George, Vittorio Orlando, Georges Clemenceau, e Woodrow Wilson.

O valor exato do dano da guerra era incalculável, mesmo assim, o que foi definido e cobrado era impagável (em torno de 33 bilhões de dólares em 1921), ainda mais pelo país que foi derrotado em combate. A Alemanha também foi proibida de possuir mais de 100 mil soldados em todo o país, e proibida de possuir tanques, submarinos, aviões de combate e fábricas de munições. O objetivo dessas demandas era impedir que a Alemanha se rearmasse novamente.

Dentre os territórios devolvidos estava a região de Alsácia e Lorena, que voltou para a França, e uma faixa de terra que retornou para a Polônia. Quanto às suas colônias na África, todas foram cedidas e distribuídas entre os vencedores da guerra.

Para a população alemã, de uma forma geral, o Tratado era uma humilhação enorme, principalmente por fazer a Alemanha sofrer prejuízos econômicos terríveis durante a década de 1920 por não conseguir pagar nem mesmo o juro das parcelas propostas.

Ao mesmo tempo, um certo mito de traição rondava o exército e uma considerável parcela da população alemã, pois o humilhante tratado foi assinado enquanto a Alemanha ainda possuía militares em campo. Alguns generais começaram a conspirar dizendo que forças estrangeiras no país foram as responsáveis pelo fracasso alemão em combate.

Esses “estrangeiros” eram principalmente os eslavos e os judeus. O primeiro por não ter se aliado aos germânicos durante a Primeira Guerra, e o segundo por serem uma cultura alheia existente na sociedade germânica e que possuía grandes poderes financeiros e investimentos em diversos setores culturais do país. O mito da suposta traição, unirá os alemães em uma reação nacionalista contra a presença de estrangeiros no país, dando forma ao antissemitismo e anticomunismo (afinal os russos realizaram a Revolução Comunista). Quem se aproveitará desse sentimento nacionalista será Adolf Hitler, que lutou na guerra e passou a atuar na política prometendo, além da expulsão dos estrangeiros, o não pagamento da dívida declarada no Tratado de Versalhes.

A FORMAÇÃO DOS GOVERNOS TOTALITÁRIOS

Quem também saiu muito prejudicada da Primeira Guerra foi a Itália, que apesar de estar do lado dos vencedores, ficou para trás na divisão dos espólios. Além disso, perdeu diversos de seus soldados durante os combates na região norte do país.

Para Benito Mussolini, a Primeira Guerra demonstrou o fracasso do socialismo, pois os operários marcharam para a guerra querendo defender sua cultura, suas indústrias e, principalmente, suas famílias. Era preciso pensar em um novo modelo político que combatesse o liberalismo.

Se de um lado o mundo liberal e capitalista virou as costas para a Itália, do outro, o Comunismo tornou-se algo obscuro com a criação da União Soviética, cujos tentáculos se alastravam por todo o Ocidente. Mas se o povo defendia sua cultura, como poderiam aceitar obedecer as ordens de Moscou se viviam de forma tão diferente da dos russos?

Foi então que o Fascismo ganhou nome e tomou forma. Ao invés de declarar uma classe social como a oprimida, a própria nação italiana será vista como sendo a oprimida, e seus opressores são esses países líderes do mercado que ficam cada vez mais poderosos enquanto pisam nos países economicamente dependentes e nos territórios colonizados.

Para Hitler e Mussolini, era necessário criar um governo de Estado forte e centralizado, que regulasse suas empresas e guiasse seu povo, que se tornasse forte dentro de sua cultura para se opor às potências mundiais opressoras. Ao mesmo tempo tinham



Benito Mussolini e Adolf Hitler

também que se defender contra o crescente socialismo que abandona a cultura e a tradição na busca de um ideal global. E para muitos esses ideais pareciam promissores, principalmente depois da Crise da Bolsa de Nova York, ocorrida em 1929, apontada como a crise do capitalismo, quando a economia americana quebrou por tanto depender de empréstimos e especulações financeiras. O que o fascismo escondia por trás dos seus ideais externos era um forte culto ao líder, a restrição das liberdades em nome do Estado e a formação de uma nação belicosa, sempre na busca de um oponente que justifique a centralização do poder, a espionagem da própria população, a censura e o controle social.

Diferente do fascismo, mas também totalitário era o governo da União Soviética. Para implantar o governo comunista na Rússia, Lenin e Stalin tiveram de controlar a população, eliminar as oposições internas e limitar a informação vinda do mundo externo. O período de prosperidade econômica que os Estados Unidos desfrutaram durante a década de 1920 poderia servir de ameaça para o sistema econômico tentado na União Soviética.

Entre os anos de 1931 e 1934, a expansão soviética chegou na Ucrânia querendo adquirir seu território, pois ela possuía um dos solos mais férteis de toda a Europa. Mas como os ucranianos resistiram à expansão russa, Stalin ordenou que o país tivesse seus campos tomados e controlados. Todo alimento produzido na região rural ucraniana foi confiscado pelos soldados do Exército Vermelho de Stalin, causando fome em toda a população do país. A fome foi a arma soviética para causar o extermínio dos ucranianos até que rendessem seu território para a União Soviética. Quatro milhões de ucranianos morreram de fome durante os três anos de domínio soviético na região, no que ficou conhecido como o Genocídio de Stalin, ou Holodomor.

OS MOTIVOS QUE LEVARAM À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1939-1945)



Reunião da Liga das Nações

A Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial para conter avanços militares na região da Europa e impedir que novas guerras fossem iniciadas, mostrou-se um grande fracasso. Esta foi totalmente ineficaz em impedir o crescimento do fascismo e do nazismo na Itália e na Alemanha,

enquanto que o Ocidente mal suspeitava dos crimes contra a humanidade que eram praticados no leste soviético.

Hitler, assim que assumiu o poder como Chanceler alemão, em 1933 (cargo equivalente ao de Primeiro-ministro), reuniu os poderes do Estado em suas mãos após um misterioso atentado contra o Reichstag (casa legislativa). Até hoje não se sabe com certeza se o ataque foi mesmo feito pelos comunistas, como foi alegado na época, ou arquitetado pelos próprios nazistas para servir de falsa ameaça e justificar as ações de Hitler.

Com plenos poderes, Hitler começou sua campanha para restaurar a Alemanha, limpá-la daqueles que ele acusava como sendo traidores e dar independência econômica e industrial à nação. Não tardou para que logo quisesse recuperar os territórios cedidos pelo Tratado de Versalhes. Esse feito, antes proibido pelos Aliados, foi permitido pela Liga das Nações sob a desculpa de que era melhor ceder os territórios de cultura germânica para a Alemanha para que conflitos maiores fossem evitados.

A chamada Política de Apaziguamento realizada pela Inglaterra e pela França agia de forma suave contra os avanços militares e territoriais praticados pelos governos totalitários da Alemanha e da Itália. Por mais que realizassem sanções econômicas contra esses países, não podiam fazer muito, principalmente depois da Crise de 1929. Além disso, os Estados Unidos não aceitaram cortar suas relações econômicas com a Itália fascista.

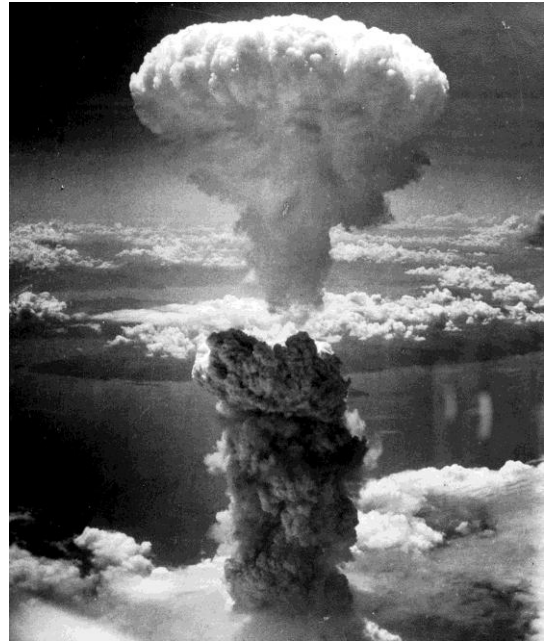
Quem também expandia era o Japão, numa campanha violenta contra a China para a aquisição de territórios no continente. O Império japonês, também totalitário e violento, não tardou para se aliar aos fascistas.

O estopim para a Segunda Guerra veio a ocorrer somente em 1942, quando Hitler se propôs a conquistar uma parte do território polonês para religar a Alemanha com a Prússia. (A Prússia, apesar de pertencer à Alemanha, estava desvinculada dela, separada por um território da Polônia apelidado de ‘Corredor Polonês’). Após tantas vezes que a Inglaterra e a França nada fizeram contra o avanço da Alemanha nazista, Hitler acreditava que nada fariam contra sua marcha na Polônia. Além disso, após tantos anos no poder, tinha restituído o exército alemão, que fora treinado em combate na Guerra Civil Espanhola, outro ocorrido que não foi impedido pela Liga das Nações.

Antes do ataque, ainda outro golpe foi feito por Hitler contra a Inglaterra: um pacto de não-agressão entre Rússia e Alemanha, chamado de Pacto Ribbentrop-Molotov. Para os ingleses, havia uma certa concordância entre eles e os russos de uma aliança contra a Alemanha caso fosse novamente necessário. Os ingleses acreditavam que a agressividade alemã era somente por sua crise econômica, que poderia ser controlada com alguns empréstimos. Mas a aliança entre Rússia e Alemanha foi um choque, a própria esquerda inglesa via na União Soviética um aliado contra o fascismo, mas agora tudo ficou abalado. Surpresos e sem reação, os ingleses tiveram sua honra ferida. Para Hitler, sua aliança com a Rússia seria a garantia de que suas ações não gerariam reação e por isso insistiu com seu plano para invadir a Polônia em agosto daquele ano. Mas a reação veio, e com ela o início de uma nova guerra mundial.

O MUNDO APÓS A SEGUNDA GUERRA

Hoje, quando pensamos na Segunda Guerra, lembramos do Holocausto, a “solução final” de Hitler para com os judeus que levou ao extermínio de 7 milhões deles nos campos de morte. Contudo, essa ocorrência não foi descoberta tão rapidamente, os campos de concentração nazistas mais letais e brutais estavam construídos no território polonês e por isso seu conhecimento só veio ao público após a guerra. Para aqueles em combate, além dos horrores do confronto, um novo grande mal seria experimentado por todo o mundo: a bomba atômica.



A explosão da bomba nuclear

O experimento que surgiu de uma corrida armamentista e científica entre a Alemanha e os Estados Unidos, resultou na arma mais poderosa já criada. A primeira bomba atômica testada com sucesso foi criada pelos americanos em julho de 1945. E no mês seguinte, duas delas foram lançadas nas cidades de Hiroshima e Nagasaki, no Japão, para forçá-lo a se render, terminando assim a Segunda Guerra.

Mas a paz tão desejada não aconteceu. Por mais que conflitos diretos da mesma amplitude que as grandes guerras não tenham mais ocorrido, um grande temor pairou sobre o mundo. Em 1949, a União Soviética adquiriu sua primeira bomba nuclear para concorrer contra os Estados Unidos. E em 1964 foi a vez da China.

O mundo após as Grandes Guerras ficou dividido entre Ocidente e Oriente, os governos comunistas na União Soviética e na China passaram a disputar contra o governo



O líder da União Soviética, Nikita Khrushchev (à esquerda), e John Kennedy, Presidente dos Estados Unidos (à direita), em 1961 durante a Guerra Fria

liberal norte-americano, o que criou um clima global de ameaça e de ansiedade, causados pela espera de uma nova possível guerra mundial entre as grandes potências mundiais, e mais ainda, uma guerra nuclear com capacidade para devastar o mundo de uma forma muito pior que a presenciada durante os confrontos da primeira metade do século XX. Esse é o período da Guerra Fria, que dura até 1989, com o fim da União Soviética.

Ao mesmo tempo, o mundo vivia seu ápice tecnológico. As casas populares passaram a possuir rádios e televisores, onde somente o entretenimento constante poderia conter a aflição que assombrava as nações.

E se a primeira metade do século XX foi marcada pelas guerras, a segunda será marcada pela ansiedade e pela espionagem. Se as guerras levaram os civis para o campo de batalha, a disputa ideológica colocará toda a população em vínculo direto com a política, permitindo violações graves à privacidade para defender seu ideal ao lado do Estado escolhido. Se antes o homem foi objetificado para o combate, agora ele sofre a desumanização para servir aos ideais políticos e econômicos de uma nação.

ATIVIDADES

1. Por qual motivo havia uma sensação de que a Alemanha estava sendo oprimida pelas nações de primeira potência, como Inglaterra, França e Estados Unidos?
2. Por que a Itália preferiu o fascismo às outras organizações econômicas existentes na época?
3. Por que a Inglaterra e a França não reagiam aos avanços nazistas realizados por Hitler?
4. Como que a bomba atômica modificou o clima emocional global?
5. Quais foram as forças disputando na Guerra Fria, e pelo que disputavam?



AULA 30

A QUESTÃO DA FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA

Em 2014, o Sínodo Extraordinário sobre a Família, cujo tema foi “Os desafios pastorais da família no contexto da evangelização”, divulgou um documento que repercutiu por toda grande mídia global. Tal tema despertou grande interesse e expectativa por toda parte: várias situações de crise e questões atuais da família e do casamento interpelam a Igreja e sua ação evangelizadora.

Fazem parte do temário, a difusão e a aceitação do ensinamento da Igreja Católica sobre o casamento e a família; as dificuldades para colocar em prática esse ensinamento no contexto cultural contemporâneo; as situações difíceis que muitos casais e famílias enfrentam, com casamentos desfeitos e refeitos com nova união; sua participação na vida da Igreja e a transmissão da fé aos filhos em tais situações. Mas entram também as questões novas, como o fato sempre mais presente em vários contextos culturais de pessoas que não se casam mais, nem constituem uniões estáveis ou famílias.

Ciente das várias situações problemáticas que a família atravessa, a Igreja não a abandona, pois também conhece o plano salvador de Deus em relação ao casamento e à família; e tem convicção sobre a importância da família para a pessoa, a sociedade e para a própria vida e missão Igreja. Por isso, ela quer anunciar de maneira renovada a Boa Nova do casamento e da família, especialmente nas situações mais difíceis e problemáticas que a atingem.

A Igreja está, cada vez mais, perdendo fiéis para um mundo globalizado, e as grandes transformações de valores e comportamento. Por isso, muito além do efeito midiático da



São José, o carpinteiro – Por George de la Tour

notícia, quem conhece a Igreja Católica sabe que a divulgação do documento com estas características teve muito mais uma conotação diplomática por parte do Papa Francisco para sondar o grau de repercussão interna que esta notícia traria do que propriamente um aceno de uma grande revolução.

A sacralidade do matrimônio e da família tem sido colocada como um pilar fundante do próprio catolicismo na atualidade. E este, certamente, é um dos campos em que mais fortemente recai a normatividade (e, conseqüentemente, a interferência) da Igreja sobre a vida cotidiana dos seus fiéis: aquilo que é, ao mesmo tempo, mais íntimo e que vincula as pessoas ao mundo.

Se antes, eram os valores religiosos que orientavam o comportamento das pessoas, oferecendo-lhes parâmetros sobre como agir, hoje parece ser exatamente o contrário, na medida em que, diante de valores rígidos que agridem suas liberdades de escolha, as pessoas tendem a praticar uma falsa religião que lhes traga menos custos para sua vida privada.

À semelhança do que ocorrera na década de 1980, quando João Paulo II convocou um Sínodo com o mesmo propósito (discutir os desafios da Igreja frente às transformações que o núcleo familiar vinha sofrendo, sobretudo a partir da revolução feminista, da intensificação do divórcio e com as reconfigurações familiares), os católicos têm estado preocupados com a perda dos seus fiéis que não se reconhecem em muitos dos valores professos.

Como resultado do Sínodo, foi divulgado o documento *Familiaris Consortio* que é uma exortação do Papa aos católicos de todo o mundo, com orientações dos princípios e valores que devem reger a família, segundo a concepção oficial da Igreja. Neste documento, são consolidados valores tradicionais que são transmitidos, oficialmente, por meio de seu instrumento oficial de doutrinação aos fiéis, o seu catecismo.

FAMILIARIS CONSORTIO

Consciente de que o matrimônio e a família constituem um dos bens mais preciosos da humanidade, a Igreja quer fazer chegar a sua voz e oferecer a sua ajuda a quem, conhecendo já o valor do matrimônio e da família, procura vivê-lo fielmente; a quem, incerto e ansioso, anda à procura da verdade; e a quem está impedido de viver livremente o próprio projeto familiar. Sustentando os primeiros, iluminando os segundos e ajudando os outros, a Igreja oferece o seu serviço a cada homem interessado nos caminhos do matrimônio e da família.

Dirige-se particularmente aos jovens, que estão para iniciar o seu caminho para o matrimônio e para a família, abrindo-lhes novos horizontes, ajudando-os a descobrirem a beleza e a grandeza da vocação ao amor e ao serviço à vida.

O matrimônio e a família estão interiormente ordenados a complementarem-se em Cristo e têm necessidade da sua graça para serem curados das feridas do pecado e

conduzidos ao seu “princípio”, isto é, ao conhecimento pleno e à realização integral do desígnio de Deus.

Num momento histórico em que a família é alvo de numerosas forças que a procuram destruir ou de qualquer modo deformar, a Igreja, sabedora de que o bem da sociedade e de si mesma está profundamente ligado ao bem da família, sente de modo mais vivo e veemente a sua missão de proclamar a todos o desígnio de Deus sobre o matrimônio e sobre a família, para lhes assegurar a plena vitalidade e promoção humana e cristã, contribuindo assim para a renovação da sociedade e do próprio povo de Deus.

Deve ainda juntar-se a isto uma reflexão ulterior de particular importância no tempo presente. Não raramente ao homem e à mulher de hoje, em sincera e profunda procura de uma resposta aos graves e diários problemas da sua vida matrimonial e familiar, são oferecidas visões e propostas sedutoras, mas que comprometem em medida diversa a verdade e a dignidade da pessoa humana. É uma oferta, frequentemente, sustentada pela potente e capilar organização dos meios de comunicação social, que põem subtilmente em perigo a liberdade e a capacidade de julgar com objetividade.

Muitos, já cientes deste perigo em que se encontra a pessoa humana, empenham-se pela verdade. A Igreja, com o seu discernimento evangélico, une-se a esses, oferecendo-lhes o seu serviço em prol da verdade, da liberdade e da dignidade de cada homem e de cada mulher.

Por um lado, de fato, existe uma consciência mais viva da liberdade pessoal e uma maior atenção à qualidade das relações interpessoais no matrimônio, à promoção da dignidade da mulher, à procriação responsável, à educação dos filhos; há, além disso, a consciência da necessidade de que se desenvolvam relações entre as famílias por uma ajuda recíproca espiritual e material, a descoberta de novo da missão eclesial própria da família e da sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa. Por outro lado, contudo, não faltam sinais de degradação preocupante de alguns valores fundamentais: uma errada concepção teórica e prática da independência dos cônjuges entre si; as graves ambiguidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos; as dificuldades concretas, que a família muitas vezes experimenta na transmissão dos valores; o número crescente dos divórcios; a praga do aborto; o recurso cada vez mais frequente à esterilização; a instauração de uma verdadeira e própria mentalidade contraceptiva.



A Sagrada Família – por Claudio Coello

Na raiz destes fenômenos negativos, está, muitas vezes, uma corrupção da ideia e da experiência de liberdade concebida não como capacidade de realizar a verdade do projeto de Deus sobre o matrimônio e a família, mas como força autônoma de afirmação, não raramente contra os outros, para o próprio bem-estar egoístico. A situação histórica em que vive a família apresenta-se, portanto, como um conjunto de luzes e sombras.

Isto revela que a história não é simplesmente um progresso necessário para o melhor, mas antes um acontecimento de liberdade, e ainda um combate entre liberdades que se opõem entre si; segundo a conhecida expressão de Santo Agostinho, um conflito entre dois amores: o amor de Deus impelido até ao desprezo de si, e o amor de si impelido até ao desprezo de Deus.

No matrimônio e na família constitui-se um complexo de relações interpessoais: vida conjugal, paternidade-maternidade, filiação, fraternidade, mediante as quais cada pessoa humana é introduzida na “família humana” e na “família de Deus”, que é a Igreja.

O matrimônio e a família dos cristãos edificam a Igreja: na família, de fato, a pessoa humana não só é gerada e progressivamente introduzida, mediante a educação, na comunidade humana, mas mediante a regeneração do batismo e a educação na fé, é introduzida também na família de Deus, que é a Igreja.

A família humana, desagregada pelo pecado, é reconstituída na sua unidade pela força redentora da morte e ressurreição de Cristo. O matrimônio cristão, partícipe da eficácia salvífica deste acontecimento, constitui o lugar natural onde se cumpre a inserção da pessoa humana na grande família da Igreja.

O mandato de crescer e de multiplicar-se, dirigido desde o princípio ao homem e à mulher, atinge desta maneira a sua plena verdade e a sua integral realização.

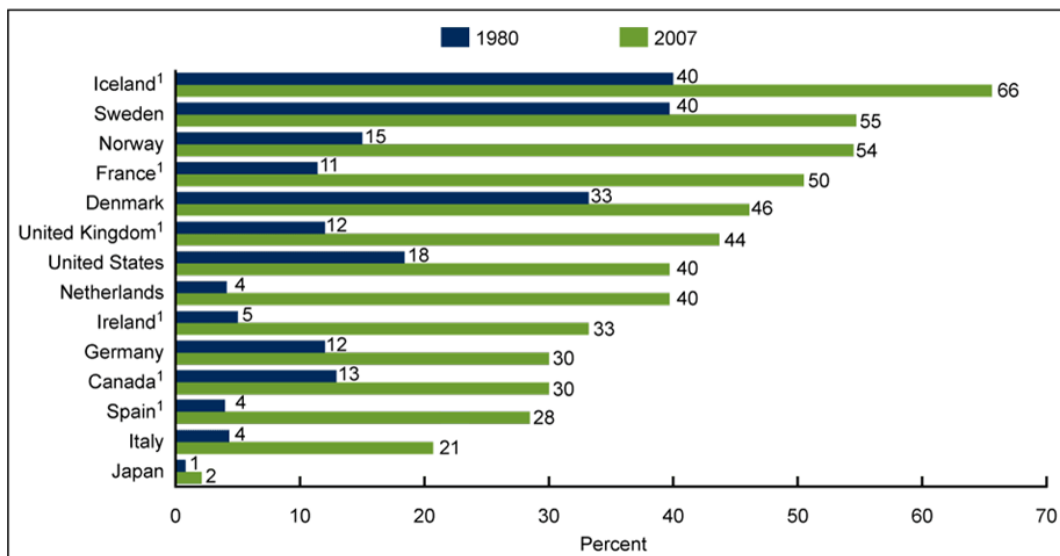
A Igreja encontra assim na família, nascida do Sacramento, o seu berço e o lugar onde pode atuar a própria inserção nas gerações humanas, e estas, reciprocamente, na Igreja.

Voltar ao “princípio” do gesto criativo de Deus é então uma necessidade para a família, se se quiser conhecer e realizar segundo a verdade interior não só do seu ser, mas também do seu agir histórico. E porque, segundo o plano de Deus, é constituída qual “íntima comunidade de vida e de amor”, a família tem a missão de se tornar cada vez mais aquilo que é, ou seja, comunidade de vida e de amor, numa tensão que, como para cada realidade criada e redimida, encontrará a plenitude no Reino de Deus. E numa perspectiva que atinge as próprias raízes da realidade, deve dizer-se que a essência e os deveres da família são, em última análise, definidos pelo amor. Por isto é-lhe confiada a *missão de guardar, revelar e comunicar o amor*, qual reflexo vivo e participação real do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja, sua esposa.

ATIVIDADES

1. Quais os problemas que a Igreja enfrenta hoje em dia?
2. Quais os problemas que a família encontra hoje em dia?
3. Quais os retos deveres da família?

Figure 6. Percentage of births to unmarried women, selected countries, 1980 and 2007



¹ Latest data are for 2006.

SOURCE: CDC/NCHS, National Vital Statistics System; Stat Canada; Population Statistics of Japan; European Commission. Eurostat. Accessed 3/11/2009.

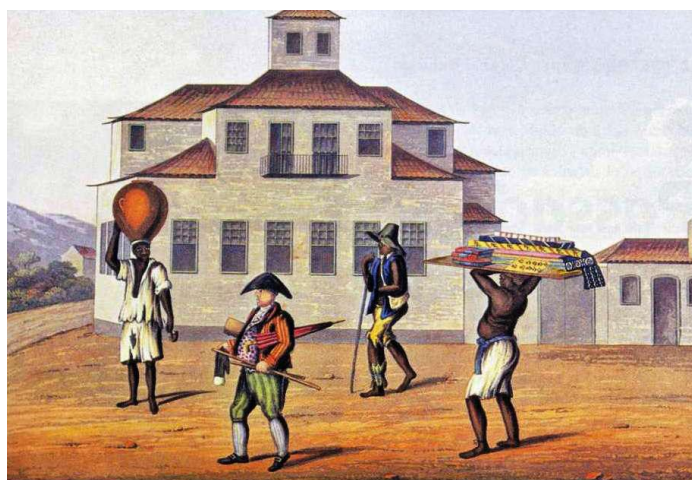
Comparação da porcentagem de filhos nascidos de mães solteiras em alguns países em 1980 e em 2007



AULA 34

GUERRA DOS MASCATES – A INSURREIÇÃO DE OLINDA

F estamos em Olinda, principal cidade da província de Pernambuco, cujas mais renomadas famílias conquistaram sua fama e fortuna à custa de inúmeros sacrifícios desde a expulsão dos holandeses no século anterior. Mas conforme avançavam os anos do século XV III, viam, os nobres de Olinda, o crescimento econômico dos mercadores portugueses de Recife, acumulando bens somente por meio do comércio.



Acontece que a velha aristocracia de Olinda se enriqueceu da produção do algodão e do açúcar, mas desde a crescente procura por ouro no interior do Sudeste, o preço dos escravos cresceu muito, fazendo cair a produção e o valor dos principais produtos agrícolas.

Chamados pelo nome de *mascates*, termo que se refere aos comerciantes, os portugueses de Recife lucravam com o uso da usura e na venda cara de artigos de importação, enquanto usufruíam dos baixos preços dos bens da lavoura.

Habitava em Recife doze mil pessoas, já passando os habitantes de Olinda, e nem sequer possuíam as características mínimas para serem definidos como uma vila. Pediram, portanto, seus moradores o direito ao voto para a Câmara, que era a responsável por cobrar os impostos, e queriam também concorrer aos cargos que definem os preços de diversos trabalhos. Aqueles de Olinda obviamente se opuseram, sabendo que os mascates usariam desse poder para aumentar os privilégios próprios.

Mesmo assim, em 1703, uma parte dos direitos pedidos pelos mascates foram concedidos. Em 1707, Sebastião de Castro Caldas assumiu o cargo de governador, que, apesar de ter sido aprovado pelos oficiais de Olinda, vivia quase que exclusivamente em Recife e era próximo dos mascates, fazendo política quase que exclusivamente para esses.

Em 1710, uma carta régia autorizou que Recife se tornasse uma vila, imaginando o Rei que isso resolveria os problemas entre Recife e Olinda. Castro Caldas, contudo, ocultou a carta e fez de Recife uma vila às escondidas, sem consultar os nobres olindenses. Pegos de surpresa, o povo de Olinda se organizou na fronteira, não querendo permitir que a vila de Recife fosse maior em tamanho do que quando era bairro. Começava uma nova desavença, pois o governador queria anexar à vila de Recife alguns outros bairros próximos.

Em 10 de outubro de 1710, Castro Caldas sofreu um atentado, mas sobreviveu ao tiro. Após o assalto, o governador perdeu o juízo e mandou soldados à caça de diversos capitães de Olinda e de todos que estivessem envolvidos com esses. Com tantos homens sob pena de morte, começava um levante armado por parte do povo pernambucano contra os mascates. Os insurgentes cercaram Recife e exigiram a entrega de Castro Caldas, que fugiu para a Bahia naquela madrugada. Quanto à nova vila, Recife foi invadida pelos soldados pacificamente sob gritos de “Viva o Rei e o povo” e fizeram desordens por alguns dias, inclusive, derrubaram o pelourinho da cidade, até que se cansaram e decidiram voltar para suas casas.

GUERRA DOS MASCATES – A REAÇÃO DOS MERCADORES

Com a vitória de Olinda, colocaram na posição de governador o Bispo Dom Manuel Álvares da Costa que prontamente aceitou diversos pedidos do povo olindense, retirando o Recife de condição de vila, proibindo os portugueses de atuarem na política e de cobrarem juro nos empréstimos.

Os de Recife não se conformaram com a derrota e usaram das riquezas que possuíam para comprar o apoio de capitães e povos de outras regiões para que se unissem à sua causa. Por meses os mascates reuniram forças enquanto temiam os olindenses e em nada podiam contar com o novo governador. E no dia 18 de junho de 1711 saíram em vingança.

Os pernambucanos rapidamente reuniram um pequeno exército e cercaram Recife, querendo enfraquecer os mascates pela fome. Mas o projeto foi mal arquitetado, pois o porto de Recife seguia livre e por ali entrava a comida.

Estava Recife sitiada quando uma coluna com oitocentos homens chegou e alegou estar contra Recife, ganhando a permissão para passarem em direção a Olinda. Mas a coluna era um reforço aliado aos portugueses! Contra ela diversos combates ocorreram causando um atraso cada vez maior na decisão do conflito. O atraso, contudo, era uma vitória para os mascates, pois os soldados de Olinda estavam ficando sem munição e estava vindo de Lisboa um novo governador para substituir o Bispo.

A situação da Capitania de Pernambuco era de caos quando, no dia 6 de outubro de 1711, chegou de Portugal Antônio Félix José Machado de Mendonça, o novo governador. Fiel ao Rei e sem tomar partido entre os dois que disputavam, o governador mandou

levantar o cerco, a soltura dos prisioneiros, a devolução de tudo que ambos os lados perderam desde o começo da guerra e barrou o envio de armas de fogo tanto para Olinda quanto para Recife.

Os soldados de Olinda a tudo obedeceram de má vontade, levando dias para realizarem o que fora pedido, mas tudo o novo governador informava ao Rei. Por volta de dezembro, a ordem havia se restaurado, o pelourinho de Recife foi levantado novamente e o governador, apesar de não ter a amizade dos olindenses, recebia a todos por igual.

O ano de 1712 começou com novos tumultos, pois alguns nobres de Olinda quiseram se armar contra Mendonça. Diversos foram presos. A não aceitação dos olindenses com a situação aproximou o governador dos mascates. O próprio Rei, em uma carta, congratulou a todos que lutaram pela defesa de Recife. A paz, de fato, veio somente em 1715, com o próximo governador, que novamente se manteve neutro e buscou a conciliação dos dois partidos.

A REVOLTA DE VILA RICA

A metrópole portuguesa decretou, em 1718, que para a cobrança dos *quintos* se estabelecesse uma ou mais casas de fundição, em que reduzisse a barras todo o ouro extraído das minas, e, por conseguinte, que fosse proibido todo o transporte e comércio desse metal em



pó. E para a aplicação da lei, quatro casas de fundição foram levantadas na região das minas.

A lei não agradava a população, que preferia por um pagamento fixo anual ao invés do *quinto* que cobra em equivalência à quantia adquirida. A primeira revolta ocorreu já em janeiro de 1720, quando um tal de Domingos Rodrigues do Prado, morador de Taubaté, expulsou o capitão-mor e assassinou um juiz.

Mas uma rebelião bem maior começou em junho daquele ano, na Vila Rica, quando Felipe dos Santos liderou uma parte da população contra a casa de fundição, que foi completamente destruída, inclusive seus documentos oficiais. O governador tentou resolver a situação de forma pacífica, mas os revoltosos não cessaram de saquear e destruir as casas dos oficiais de Vila Rica, exigindo que todo cargo de valor fosse substituído por um dos seus e que o *quinto* fosse suspenso. Sendo a negociação impossível, o governador

ordenou que as choupanas dos populares rebeldes fossem queimadas e seus líderes presos. Sabemos que Felipe dos Santos foi morto por seus crimes de forma brutal.

Após a morte cruel de Felipe dos Santos, Vila Rica voltou a ficar pacífica, oprimida e silenciosa, como quem tivesse aprendido o preço de ter sido rebelde uma vez. Com a chegada da guarda oficial na cidade, começava uma fase de policiamento rigoroso contra qualquer manifestação.

O LUCRO DO OURO NO SÉCULO XVIII

O Rei D. João V formou, no dia 12 de dezembro de 1720 a nova capitania de Minas Gerais, cujo governo confiou a D. Lourenço de Almeida, que tomou posse em Vila Rica. O governador ficou responsável pela paz da nova província e por fazer valer as casas de fundição, que recolhiam o *quinto* a ser pago à Coroa.

Estima-se que entre 1700 e 1801 em torno de 950 toneladas de ouro foram extraídas do Brasil e levadas à Portugal. Mas destas a menor parcela ficou para a Coroa, e a maior teve destino particular. Na verdade, quase todo ouro que saiu do Brasil e passou por Portugal foi parar nas indústrias inglesa e holandesa que forneciam o conforto e o luxo procurados pela elite e pela burguesia portuguesa. O Brasil aquecia o mercado capitalista inglês. Tanto que D. José I, que governou Portugal entre 1750 e 1777, tinha em caixa 750 mil libras, e devia 3,1 milhões...

Em 1729 uma nova descoberta reacendeu as chamas da aventura com a descoberta de diamante no Serro do Frio, em Minas Gerais, região até hoje conhecida por *diamantina*. E ocorreu ali o que ocorrera em Ouro Preto nos seus primeiros anos. No ano seguinte à descoberta, o Rei já sabia de tudo e passou a cobrar o *quinto* também sobre o diamante.



O DESCOBRIMENTO DE GOIÁS

Os atuais territórios de Goiás e de Tocantins foram visitados desde meados do século XVII por portugueses e jesuítas do Pará na busca por índios. Mas o descobrimento real de Goiás ocorreu em 1682 por Bartolomeu Bueno da Silva, que ao visitar a região encontrou índios adornados em ouro e conseguiu tirar deles a informação de onde se encontrava o metal.

Bartolomeu voltou para São Paulo com pouco ouro, mas instigou em seu filho o desejo de retornar à região no futuro. E isso ele fez. Bartolomeu da Silva, filho do anterior, voltou à Goiás quarenta anos depois junto com duzentos homens para procurar riquezas. Novamente, não foi dessa vez. Foi numa segunda expedição, ocorrida em 1726, que Bartolomeu encontrou, finalmente, o local que ele e seu pai procuraram décadas atrás. Foi no Rio Vermelho e em riachos próximos que Bartolomeu adquiriu uma grande quantia do precioso metal e voltou para São Paulo rico, fazendo com que muitos partissem para Goiás na busca de riquezas. E ali fundaram diversas vilas, como Meia-Ponte (atual Pirenópolis) e Traíras (atual Niquelândia). Devido ao imenso aumento da população e de diversas desordens que ocorriam por toda a região, Goiás se tornou, em 1744, uma Capitania independente.

E assim como aconteceu com o povo mineiro de Minas Gerais, o povo de Goiás sofreu diversas limitações do governo, proibindo a plantação de cana-de-açúcar, a fabricação de álcool, a prática de ourives, entre outras, chegando ao ridículo e pedindo o impossível para garantir o investimento na mineração e, consequentemente, o pagamento do *quinto*.

D. JOÃO V DE PORTUGAL

Dom João V (1689-1750) assumiu como Rei de Portugal e Algarves em 1706 e reinou como um absolutista. Mas não fora um Rei mau, ele investiu na cultura, estimulou as artes, resolveu problemas essenciais do Estado, deixou obras úteis e fez-se respeitado em seu reino e no estrangeiro.

O Absolutismo estava ainda em seu início. D. João V imitou, dentro de suas possibilidades, o governo de Luís XIV da França: jamais reuniu cortes para ouvir-lhes o conselho; exerceu sem freios o poder pessoal; fez à sua maneira todos os projetos; construiu obras imensas; e foi sempre firme com suas



resoluções. Costumava dizer, comparando-se aos antecessores, que não ousaram tanto: “Meu avô deveu e temeu; meu pai deveu; eu não devo nem temo”.

De forma geral, os monarcas do século XVIII caracterizam-se pela confusão entre o princípio monárquico com os dogmas sagrados, na omissão dos privilégios dos súditos, no sentimento da pompa, esplendor e luxo, que substituíam as antigas formas de prosperidade pública.

Perante essa moda de abuso de intolerância, D. João V foi exemplar. Em contraste com tudo dito acima, o Rei português era devoto, manteve confessores jesuítas, mimava o clero da Igreja e queria ser um bom exemplo de Rei católico. Em suas duas audiências semanais, ouvia todas as queixas. Como poderíamos dizê-lo ruim se fora procurado pelos pobres e oprimidos para combater os déspotas? “Enquanto à alegria, jamais houve tanta na corte”, escreveu Francisco de Castro, um contemporâneo. Em Lisboa, três mil músicos animavam as ruas: “Aqui não se faz outra coisa mais que divertir, tanger e bailar”. Eram tempos de Inquisição e de processos que terminavam em fogueira, mas o povo festejava nas cerimônias de animação geral.

E o ouro brasileiro abasteceu ao Rei e a Portugal. Lisboa recebeu obras que se comparam somente às mais ricas cidades, como Roma e Paris. Foram embaixadas, aquedutos, hospitais e igrejas. Roma intitulou Dom João V como “Majestade Fidelíssima”, equiparado aos maiores Reis da Cristandade. Daí o elogio “Magnânimo” que lhe ajustou.

Em 1750 morria tão estimado Rei e com seu substituto, Dom José I, o futuro do Brasil e de sua fé católica seriam para sempre abalados. A causa disso foi que D. José nomeou para secretário de estrangeiros e guerra Sebastião José de Carvalho e Melo. Conhecido, em 1759, como Conde de Oeiras. Conhecido, depois, em 1770, como Marquês de Pombal.

ATIVIDADES

1. Por qual(is) motivo(s) os habitantes de Olinda passaram a detestar os comerciantes portugueses?
2. Como foi resolvida a Guerra dos Mascates?
3. Contra qual ocorrido Felipe dos Santos se rebelou?
4. Quais as semelhanças entre o descobrimento de Minas Gerais com o descobrimento de Goiás?
5. De que maneira o ouro brasileiro abasteceu a Europa?